

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE CIÊNCIAS BÁSICAS DA SAÚDE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS:
QUÍMICA DA VIDA E DA SAÚDE**

LEONARDO ÂNGELO DE ARAUJO ANDRADE

**AVALIAÇÃO DA POLÍTICA DE ATRAÇÃO E FIXAÇÃO DE CIENTISTAS NO
ÂMBITO DO PROGRAMA BRASILEIRO CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS SOB UMA
PERSPECTIVA COMPARADA COM A POLÍTICA ARGENTINA *RAICES*.**

Porto Alegre
Julho, 2019.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE CIÊNCIAS BÁSICAS DA SAÚDE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS:
QUÍMICA DA VIDA E DA SAÚDE**

LEONARDO ÂNGELO DE ARAUJO ANDRADE

**AVALIAÇÃO DA POLÍTICA DE ATRAÇÃO E FIXAÇÃO DE CIENTISTAS NO
ÂMBITO DO PROGRAMA BRASILEIRO CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS SOB UMA
PERSPECTIVA COMPARADA COM A POLÍTICA ARGENTINA *RAICES*.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências: Química da Vida e da Saúde, como requisito final para obtenção do título de Mestre em Educação em Ciências.

Orientador: Prof. Dr. Lívio Amaral.

Porto Alegre
Julho, 2019.

CIP - Catalogação na Publicação

Andrade, Leonardo Ângelo de Araújo
AVALIAÇÃO DA POLÍTICA DE ATRAÇÃO E FIXAÇÃO DE
CIENTISTAS NO ÂMBITO DO PROGRAMA BRASILEIRO CIÊNCIA
SEM FRONTEIRAS SOB UMA PERSPECTIVA COMPARADA COM A
POLÍTICA ARGENTINA RAICES. / Leonardo Ângelo de Araújo
Andrade. -- 2019.
68 f.
Orientador: Lívio Amaral.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Instituto de Ciências Básicas da
Saúde, Programa de Pós-Graduação em Educação em
Ciências: Química da Vida e Saúde, Porto Alegre,
BR-RS, 2019.

1. Imigração Qualificada. 2. Migração de
Profissionais Altamente Qualificados. 3. Programas
Governamentais de Atração de Cientistas e
Pesquisadores. I. Amaral, Lívio, orient. II. Título.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE CIÊNCIAS BÁSICAS DA SAÚDE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS:
QUÍMICA DA VIDA E DA SAÚDE**

**AVALIAÇÃO DA POLÍTICA DE ATRAÇÃO E FIXAÇÃO DE CIENTISTAS NO
ÂMBITO DO PROGRAMA BRASILEIRO CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS SOB UMA
PERSPECTIVA COMPARADA COM A POLÍTICA ARGENTINA *RAICES*.**

BANCA EXAMINADORA

Dra. Maria do Rocio Fontoura Teixeira – UFRGS
Membro do P.P.G. de Educação em Ciências - (Relatora)

Dra. Fernanda Antônia da Fonseca Sobral – UnB
Membro externo à UFRGS

Dr. Leonardo Cavalcanti da Silva – UnB
Membro externo à UFRGS

Porto Alegre
Julho, 2019

Dedico este trabalho a minha mãe, que de modo intuitivo sempre valorou a educação como o elemento transformador da realidade da nossa família, nos ensinando que a instrução nos proporcionaria evoluir tanto como profissionais quanto como pessoas. Sua inteligência emocional é minha grande inspiração.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a minha mãe Inêz, pelo amor e compreensão durante este período dos meus estudos, a quem sou eternamente grato por oportunizar meu desenvolvimento intelectual por meio do acesso à educação de qualidade. Ainda neste seio familiar, agradeço às minhas irmãs, Ana e Lorena, pelo exemplo e incentivo nesse processo de formação, vocês são minha referência de dedicação aos estudos e, como professoras, uma da educação básica e outra do ensino superior, são a materialização do desejo da minha mãe em ser uma educadora formal.

Agradeço ao meu orientador, Prof. Lívio Amaral, pela confiança depositada em mim na condução da pesquisa, e pelo olhar crítico na elaboração do trabalho, me permitindo conhecer a educação no sentido lato, me orientando como pesquisador e pessoa. Registro também meus agradecimentos aos docentes do PPGEC que colaboram com este estudo.

Agradeço também aos colegas da pós-graduação, Fabiana e Tatiana, e do trabalho, Luzia, Walner e Zena, pelo apoio na submissão da candidatura e na revisão de alguns textos, além, da troca de conhecimento e das discussões mais profundas que foram de grande valia para a consecução final deste trabalho. Estendo meus agradecimentos a minha instituição de ensino e de trabalho, UFRGS e Capes, respectivamente, pelo auxílio na participação de cursos e eventos correlatos ao meu tema e objeto de estudo.

Por fim, não poderia deixar de agradecer aos amigos da vida, em especial, Rodolpho, Marcele, Frederico e Flávio, sempre presentes com uma palavra de apoio ou um gesto de carinho, vocês merecem ser lembrados, simplesmente, por terem sido minhas companhias mais próximas durante essa etapa da minha formação.

RESUMO

Esta dissertação teve por objetivo avaliar a política de atração e fixação de pesquisadores no país no âmbito do Programa de Atração de Jovens Talentos (PAJT), pertencente ao Programa Brasileiro Ciência sem Fronteiras (CsF), sob uma abordagem comparada com a Política Argentina Red de Argentinos Investigadores y Científicos en el Exterior (Raices). Para tanto utilizou-se a metodologia do estudo comparado para cotejar os objetivos propostos e ações empreendidas no escopo dos Programas PAJT e Raices, bem como se fez uso da metodologia avaliação de políticas pública ex-post para averiguar os resultados e efeitos da concessão bolsa de estudos Jovem Talento (BJT) da Capes. Conclui-se que o programa brasileiro não alcançou os resultados esperados, tendo em vista que não foram realizadas ações plurais para a atração, fixação e vinculação dos pesquisadores brasileiros erradicados no exterior aos sistemas nacionais de ensino e pesquisa em nível de pós-graduação, contudo verificou-se efeitos indiretos da política sobre as ações da Capes por meio da institucionalização da bolsa de estudos BJT da criação de programas análogos ao PAJT. Assim, recomendou-se que o programa Raices seja adotado como um exemplo de boa prática pelo governo brasileiro na elaboração de políticas de repatriamento de pesquisadores emigrados.

Palavras-chave: Imigração qualificada. Migração de profissionais qualificados. Políticas públicas de atração.

ABSTRACT

This dissertation aimed to evaluate the policy of attraction and establishment of researchers in the country under the Young Talent Attraction Program (PAJT), which belongs to the Brazilian Science Without Borders Program (CsF), under an approach compared to the Argentina Red Policy of Argentine Researchers and Scientists Abroad (Raices). The methodology of the comparative study was used to compare the proposed objectives and actions undertaken within the scope of the PAJT and Raices Programs, as well as to use the ex-post public policy evaluation methodology to verify the results and effects of the grant. Young Talent (BJT) studies by Capes. It is concluded that the Brazilian program did not achieve the expected results, considering that no plural actions were taken to attract, fix and link Brazilian eradicated researchers abroad to national education and research systems at postgraduate level, however. There were indirect effects of the policy on Capes actions through the institutionalization of the BJT scholarship and the creation of PAJT-like programs. Thus, it was recommended that the Raices program be adopted as an example of good practice by the Brazilian government in the preparation of repatriation policies for emigrant researchers.

Keywords: Qualified immigration. Migration of qualified professionals. Attraction public policies.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO 2 – REFERENCIAL TEÓRICO	10
2.1 A MIGRAÇÃO INTERNACIONAL DE PROFISSIONAIS QUALIFICADOS NA CONTEMPORANEIDADE SOB À LUZ DOS FENÔMENOS DO ‘BRAIN DRAIN’ E ‘BRAIN GAIN’	10
2.2 A DEFINIÇÃO DE PROFISSIONAIS QUALIFICADOS PARA OZDEN E NAYYAR	13
CAPÍTULO 3 – ASPECTOS METODOLÓGICOS	14
3.1 CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO	14
3.2 COLETA, ORGANIZAÇÃO E TRATAMENTO DOS DADOS	15
CAPÍTULO 4 – RESULTADOS E DISCUSSÕES	17
4.1 ARTIGO 1: O REPATRIAMENTO DE PESQUISADORES NACIONAIS ERRADICADOS NO EXTERIOR POR MEIO DO PROGRAMA BRASILEIRO CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS E DA POLÍTICA ESTATAL ARGENTINA <i>RAICES</i> : UM ESTUDO COMPARADO	18
4.2 ARTIGO 2: A POLÍTICA DE ATRAÇÃO E FIXAÇÃO DE PESQUISADORES NO BRASIL POR MEIO DA CONCESSÃO DA BOLSA DE ESTUDOS JOVEM TALENTO DA CAPES: SUBSÍDIOS ANALÍTICOS PARA UMA AVALIAÇÃO SOMATIVA	34
4.3 A CONVERGÊNCIA ENTRE AS DISCUSSÕES CONSTANTES NOS ARTIGOS COM AS RECENTES ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO MIGRATÓRIA BRASILEIRA	54
CAPÍTULO 5 – CONCLUSÕES E PERSPECTIVAS	58
REFERÊNCIAS	61

APRESENTAÇÃO

Destaco alguns pontos da minha trajetória acadêmica e profissional que me influenciaram a aprofundar os estudos sobre avaliação de políticas públicas, programas governamentais de atração de cientistas e fenômenos migratórios de profissionais altamente qualificados. Assim, em 2013, ao assumir o cargo de Analista em Ciência e Tecnologia da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), fui lotado na Diretoria de Relações Internacionais (DRI), com a atribuição de gerenciar o processo, em curso, de implementação do Projeto de Atração de Cientistas para o Brasil, que se subdividia no Programa de Pesquisadores Visitantes Especiais (PVE) e no Programa de Atração de Jovens Talentos (PAJT), ambos pertencentes ao Programa Ciência sem Fronteiras (CsF).

Paralelamente, em 2015, ao regressar à Universidade de Brasília (UnB) como aluno especial para cursar disciplinas no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional (PPGDSCI) e no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – Estudos Comparados sobre as Américas (PPG/ECsA), tive a oportunidade de investigar questões relacionadas ao desenvolvimento econômico no mundo e suas interfaces com a formulação de políticas pelos Estados, assim como discutir padrões relativos ao desenvolvimento tecnológico na América Latina e os impactos gerados em alguns países da região, especificamente nos setores de ciência e a tecnologia.

Tais vivências me permitiram correlacionar minhas competências laborais com meus estudos acadêmicos, para então elaborar um projeto de pesquisa a ser submetido ao curso de mestrado do PPGECC, o qual foi aprovado no edital de seleção do ano de 2017.

CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO

Este trabalho está vinculado ao curso de mestrado acadêmico do Programa Pós-Graduação em Educação em Ciências e inserido na linha de pesquisa de Educação Científica: Produção Científica e Avaliação de Produtividade em Ciência, que tem como um de seus objetivos, dentre outros, a avaliação de fatores que interferem na formação de recursos humanos e a inserção dos profissionais de educação aos quadros das instituições de ensino em vários níveis, o que possui estreita relação com a temática e objeto deste estudo.

Deste modo, definiu-se como objetivo principal deste trabalho: Avaliar a política de atração e fixação de pesquisadores no país no âmbito do Programa Governamental Brasileiro Ciência sem Fronteiras sob uma abordagem comparada com a Política Estatal Argentina *Raices* (Rede de Argentinos Investigadores e Cientistas en el Exterior). Esse propósito foi então desdobrado nos seguintes objetivos específicos:

a) contextualizar os processos de migração de quadros qualificados na América Latina, mais precisamente no Brasil e na Argentina;

b) avaliar os resultados e efeitos da concessão da bolsa de estudos Jovem Talento da Capes sobre os egressos do programa PAJT e as ações da Capes;

c) analisar comparativamente os objetivos propostos e as ações empreendidas no escopo dos Programas CsF e *Raices* para o repatriamento dos pesquisadores nacionais erradicados no exterior.

Para alcance dos objetivos propostos, essa dissertação está estruturada em quatro partes. A primeira traz uma breve revisão bibliográfica acerca dos temas da imigração qualificada, dos fenômenos migratórios correspondentes e das políticas de atração de cientistas para este fim. De acordo com a literatura dominante, os fenômenos do *brain drain* (“perda de cérebros”), assim como do *brain gain* e *brain circulation* (“ganho e circulação de cérebros”), deve ser melhor entendido e estudado, pois, configuram-se como um fator econômico e de capital determinante dentro do contexto da economia globalizada e da internacionalização da ciência.

Na segunda parte, tem-se os aspectos metodológicos utilizados para elaboração dos artigos científicos, cujo primeiro deles teve como delineamento metodológico o estudo comparado com o intuito de cotejar os objetivos propostos e ações empreendidas no escopo dos Programas PAJT e *Raices* para o repatriamento dos pesquisadores nacionais erradicados no exterior. Já o segundo fez uso da metodologia da avaliação de políticas pública *ex-post* com o fito de averiguar os resultados e efeitos de curto prazo da concessão bolsa de estudos Jovem Talento da Capes sobre seus beneficiários e a referida instituição.

A terceira parte é composta por três subcapítulos. O primeiro capítulo traz o artigo intitulado: “O repatriamento de pesquisadores nacionais erradicados no exterior por meio do Programa Brasileiro Ciência sem Fronteiras e da Política Estatal Argentina *Raices*: uma análise comparada”, o qual foi apresentado no evento: “XXVII Jornada de Jovens Pesquisadores da Associação das Universidades do Grupo de Montevideú”. O segundo capítulo traz o artigo intitulado: “A política de atração e fixação de pesquisadores no Brasil por meio da bolsa de estudos Jovem Talento da Capes: subsídios analíticos para uma avaliação somativa”, que fora submetido para a revista “Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior”. O terceiro traz uma discussão complementar intitulada: “A convergência entre as discussões e considerações constantes nos artigos com as recentes alterações da legislação migratória brasileira”.

E na última parte, tem-se as recomendações e perspectivas acerca das análises consubstanciadas nos artigos científicos produzidos, acrescida de uma avaliação geral sobre o objeto de estudo, ressaltando a importância de ampliar as pesquisas sobre os fenômenos migratórios de profissionais qualificados no Brasil, assim como, de conceber programas governamentais que visem combater os efeitos negativos do *brain drain* e que, ao mesmo tempo, se beneficiem dos efeitos positivos do *brain gain*.

CAPÍTULO 2 – REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A MIGRAÇÃO INTERNACIONAL DE PROFISSIONAIS QUALIFICADOS NA CONTEMPORANEIDADE SOB À LUZ DOS FENÔMENOS DO ‘*BRAIN DRAIN*’ E ‘*BRAIN GAIN*’

Os fenômenos migratórios têm sido, ao longo das décadas, e sob diferentes perspectivas, alvo de intenso estudo no âmbito das ciências sociais, sendo associado a estes movimentos especial relevância política e econômica no mundo contemporâneo, os quais, sob um contexto de intensa globalização conheceu então uma forte recomposição dos seus fluxos (VIDEIRA, 2013 *apud* WILLIANS et al., 2004).

Dos primeiros grandes estudos sobre mobilidade internacional de quadros qualificados foi cunhado o termo ‘*brain drain*’ (ou “fuga de cérebros”), e referia-se ao êxodo de cientistas e intelectuais do Reino Unido para os Estados Unidos ao final dos anos 50, conforme apontado no Relatório da Sociedade Real de Londres, de 1962 (PEIXOTO, 1999; BRANDI; FOADI, 2006).

Se nos anos 60 tal fenômeno estava ligado à saída de profissionais da Europa Ocidental para América do Norte, durante os anos 70 e 80, passou a ser associado ao processo de migração permanente de profissionais dos países em desenvolvimento para os países desenvolvidos, em virtude de crises econômica e instabilidade política (VIDEIRA, 2013).

A história que fundamenta o fenômeno do ‘*brain drain*’ sinaliza que, desde o início, ele foi abordado como um designativo de um fluxo unilateral de mobilidade de profissionais altamente qualificados (SALT, 1997; BRANDI, 2006; SOLIMANO, 2008), cujas consequências negativas para as sociedades de origem significavam uma perda de recursos investidos na formação e na qualificação de capital humano (RHODE, 1999).

Como exemplificado por Accioly (2009), quando o estudante universitário se aperfeiçoa no exterior e não retorna ao seu país de origem, ou mesmo quando um trabalhador qualificado emigra para outro país, em busca de melhores oportunidades de trabalho, existe uma provável perda de capital humano, e desperdício de investimento público na formação de quadros especializados.

Salienta-se que, fatores como crises econômicas, conjunturas políticas, conflitos armados, redução dos investimentos em ciência e tecnologia, deficientes condições de trabalho

ou mesmo carreiras acadêmicas hierarquizadas, dentre outros fatores, suscitavam a saída de profissionais qualificados dos países em desenvolvimento para as nações mais ricas (ARAÚJO; MOREIRA, 2012). Nayyar (2014, p. 153), acrescenta que:

A consequência negativa mais óbvia da migração internacional para o crescimento econômico, em longo prazo, é a fuga de cérebros. A perda de pessoas qualificadas representa uma renúncia à renda no país de origem e uma criação de renda no país anfitrião. Quem arca com o custo da formação e do treinamento é o país de origem, mas o benefício vai para o país de destino. Isso é reconhecido e enfatizado há muito tempo. A fuga de intelectos representa uma transferência unilateral de capital humano, associada a uma redução qualitativa e quantitativa de força de trabalho, o que, por diversas razões está fadado a restringir o crescimento.

Os debates sobre a mobilidade de profissionais qualificados nas décadas de 60 e 70 eram dominados por duas perspectivas, quais sejam: a Nacionalista, que salientava as assimetrias entre os países de origem e de destino no que tange às perdas e ganhos de recursos humanos; e a Internacionalista, que destacava a compensação da perda de profissionais para os países de destino como um ganho de capital humano para os países de origem (SOLIMANO, 2008). A escola Internacionalista trouxe uma releitura do fenômeno da fuga de cérebros, e buscou abordar os aspectos positivos, imprimindo, assim, uma mudança de paradigma, por meio da qual se destacam os benefícios para os países de origem consubstanciados pelo ganho de conhecimento (BRANDI, 2001; SOLIMANO, 2008 *apud* ARAÚJO; MOREIRA, 2012).

Além do ganho de conhecimento, outros benefícios como: o envio de remessas financeiras, o incentivo para educação familiar, a transferência de tecnologia, a formação de redes transnacionais, a atração de investimentos estrangeiros e o regresso dos profissionais qualificados são apontados como aspectos positivos do fenômeno do '*brain circulation*' (ou "circulação do conhecimento"), sendo que este delineamento, trouxe então o conceito do '*brain gain*' (ou "ganho de cérebros") (CÓ BUTIAM, 2009).

Neste quadro, os países em desenvolvimento, como China e Coreia do Sul, tem sido os grandes conversores do fenômeno do '*brain drain*' em '*brain gain*', pois elaboram políticas públicas direcionadas para a reintegração sistemática de seu pessoal formado no exterior (CÓ BUTIAM, 2009), tanto na manutenção dos expatriados para a promoção socioeconômica do país no exterior, quanto pelo retorno dos emigrados na recomposição dos quadros técnico-científicos nacionais. Trata-se de um investimento político-econômico destes países, uma

estratégia de ganho de capital humano e financeiro, e não uma simples reação teórica e contraditória ao '*brain drain*' (MEYER; CHARUM, 1995).

A partir dos anos 90, começaram a surgir estudos que contestavam o modelo analítico do '*brain drain*', apresentando como alternativa o '*brain circulation*' (JOHNSON; REGETS, 1998; FOADI, 2006), esta nova abordagem veio sublinhar a necessidade de alterar o discurso vigente a época, assente na dicotomia entre fuga de cérebros e ganho de cérebros para a criação de um discurso calcado numa visão mais ampla e complexa de circulação do conhecimento (KURKA, 2007).

Assim, a perspectiva do '*brain drain*' não conseguia explicar os complexos fluxos de conhecimento gerados pela mobilidade (CANIBAÑO *et al.*, 2008), sendo possível ter a transferência do conhecimento sem, necessariamente, contar com a presença física do migrante, reconhecendo que esses processos podem funcionar de diversas formas e à distância (ACKERS, 2005).

Já na segunda metade dos anos 90, o termo '*brain drain*' voltou à discussão no meio acadêmico, em um contexto em que o fraco crescimento demográfico, a queda acentuada das inscrições nos cursos de ciências e a crescente especialização dos mercados de trabalho tem levado à escassez de recursos humanos altamente qualificados em algumas das economias mais desenvolvidas (VIDEIRA, 2013).

Dentro desta abordagem, países como a Alemanha e França, passaram a adotar uma série de medidas com o intuito de aumentar o número de trabalhadores qualificados em seus quadros (BLION *et al.*, 2001; LOWELL, 2002). A Alemanha, por exemplo, criou, em 2003, a Organização dos Estudiosos Alemães, destinada a doutores e pós-doutores, que coloca estes em contato com empresas e centros de pesquisa por meio de uma página com disponibilização de currículos e oportunidades de emprego (FILHO MONSERRAT, 2008).

2.2 A DEFINIÇÃO DE PROFISSIONAIS QUALIFICADOS PARA OZDEN E NAYYAR

De acordo com a classificação de Ozden (2006), o trabalhador de alta qualificação ou '*high skilled*' é o indivíduo com 16 anos ou mais de formação educacional, ou seja, com uma graduação completa, acrescida por posteriores especializações, como mestrado ou doutorado. Em contraposição, o trabalhador de baixa qualificação ou '*less skilled*' seria o indivíduo com menos de 16 anos de formação educacional, isto é, que não possui uma graduação completa, tendo no máximo um curso tecnólogo.

Já para Nayyar (2014), os profissionais especializados são pessoas com alto nível de formação e qualificação acadêmica ou profissional, cujas habilidades são requisitadas por setores econômicos com escassez de mão de obra qualificada, que se deslocam de um país para outro, em caráter temporário ou permanente, desde que as leis de imigração ou as práticas consulares não lhes façam restrições.

CAPÍTULO 3 – ASPECTOS METODOLÓGICOS

Este capítulo se caracteriza por apresentar o delineamento metodológico utilizado nos artigos produzidos para responder as seguintes problemáticas:

a) A política de atração e fixação no Brasil de pesquisadores erradicados no exterior, empreendida por meio Programa Ciência sem Fronteiras, alcançou os resultados e efeitos esperados?

b) Existem políticas análogas desenvolvidas por outros países da América Latina que possam servir como uma base de comparação para avaliar a efetividade da política brasileira sob a luz do fenômeno da fuga e da circulação de cérebros?

3.1 CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO

Quanto a sua abordagem, esta pesquisa é quali-quantitativa, pelo fato de terem sido levantadas informações constantes nos documentos de concepção e implementação dos programas governamentais PAJT e *Raices*, e por terem sido analisados os dados dos processos de bolsas e projetos de BJT concedidos pela Capes. De acordo com Negrine (2017, p. 60):

[...] a pesquisa qualitativa tem como pressuposto científico manipular informações recolhidas, descrevendo-as e analisando-as, para num segundo momento interpretar e discutir à luz da teoria, ao passo que a pesquisa quantitativa, a partir da quantificação dos dados recolhidos, se serve de modelos matemáticos para descrever, analisar, interpretar e discutir os achados.

A pesquisa qualitativa preocupa-se com os aspectos da realidade que não podem ser quantificados, já a pesquisa quantitativa tende a enfatizar os resultados quantificáveis, sendo que a abordagem conjunta da pesquisa qualitativa e quantitativa permite recolher mais informações do que se poderia conseguir isoladamente com cada abordagem (SILVEIRA; CÓRDOVA; BUENO, 2009; FONSECA, 2008)

Quanto aos objetivos propostos, o estudo é descritivo, na medida em que buscou apresentar os fatos e os fenômenos relacionados ao objeto de estudo; e exploratório, no sentido de torná-los mais conhecidos ou explícitos os casos elegidos, que em termos práticos, se deu por meio do levantamento das características, dos objetivos, das ações empreendidas e das estratégias adotadas no escopo dos programas PAJT e *Raices*, assim como, através da verificação dos resultados e efeitos alcançados por meio da concessão da bolsa BJT da Capes,

possibilitando, portanto, retratar o objeto de estudo e estabelecer análises preliminares (SILVEIRA; CÓRDOVA, BUENO, 2009).

Quanto aos procedimentos metodológicos, se recorreu ao estudo de caso, sob uma perspectiva comparada, no qual foram cotejadas as semelhanças e diferenças entre os programas PAJT e *Raices*; e a pesquisa *ex-post-facto* de políticas públicas, que apurou os resultados e efeitos alcançados do programa PAJT executado pela Capes. Adicionalmente, se recorreu às técnicas de análise documental e análise exploratória de dados, como instrumentos de coleta e análise dos dados.

Tal distinção entre métodos e técnicas se embasa nos estudos de Pelto e Pelto (1987), que define as técnicas como pertencentes à ordem dos pragmatismos da coleta primária de dados, e os métodos como relativos a lógica utilizada na seleção das técnicas, no uso dos dados e no estabelecimento das relações entre esses dados com a proposições teóricas.

Acrescenta-se também o caráter avaliativo dessa pesquisa, que para o alcance dos seus objetivos realizou um estudo avaliativo, conceituado como:

Podemos definir a pesquisa avaliativa como o procedimento que consiste em fazer um julgamento *ex-post* de uma intervenção usando métodos científicos. Mais precisamente, trata-se de analisar a pertinência, os fundamentos teóricos, a produtividade, os efeitos e o rendimento de uma intervenção, assim como as relações existentes entre a intervenção, e o contexto no qual ela se situa, geralmente com o objetivo de ajudar na tomada de decisões (CONTANDRIOPOULOS *et al.*, 1997, p. 37).

3.2 COLETA, ORGANIZAÇÃO E TRATAMENTO DOS DADOS

Na perspectiva qualitativa, para levantamento das informações relativas as características, objetivos, ações e estratégias dos programas PAJT e *Raices*, assim como das variáveis de avaliação do programa PAJT na Capes, foram analisados os documentos de constituição e elaboração, tais como:

a) O Decreto nº 7.642, de 13 dezembro de 2011, que instituiu o Programa ciência sem Fronteiras;

b) As Chamadas de Projetos MEC/MCTI/CAPES/CNPQ nº 60/2011; nº 70/2013 e nº 08/2014, que tornou público o processo de seleção à bolsa Jovens Talentos do Programa Ciência sem Fronteiras;

c) Manual de Candidatura de bolsas Jovens Talentos da Capes, que objetivou explicar o processo de seleção e concessão da bolsa Jovens Talentos do Programa Ciência sem Fronteiras;

d) Ley n° 2.241, de 22 de octubre de 2008, que estableció el Programa Red de Argentinos Investigadores y Científicos en el Exterior (*RAICES*);

e) Resolución del MinCyT n° 505/2008, de Creación del Comité de Asesores de Programas Internacionales de Cooperación Científica y Tecnológica em el Exterior (*CAPICCyCTE*);

f) Resolución del MinCyT n° 1017/2017, de Requisitos de Admisión al sistema de Redes de Científicos Residentes en el Exterior;

Além de documentos institucionais, também foram analisados relatórios técnicos de execução do *Raices* e de artigos científicos relativos ao *Raices* e ao PAJT. Ressalta-se aqui a falta de relatórios técnicos e estudos avaliativos elaborados pela Capes acerca do PAJT, bem como a escassa produção acadêmica sobre o PAJT.

Já na esfera quantitativa, para a análise dos resultados e efeitos obtidos por meio da concessão da bolsa BJT da Capes, foram analisados os dados qualitativos e quantitativos dos processos de projetos e bolsas BJT concedidos pela Capes ao longo dos anos de 2012 a 2015, coletados por meio dos formulários de inscrição e questionários de implementação.

Os dados foram então organizados no Sistema de Acervo de Dados Digitais (ADD) da Capes e tratados com as informações constantes na Plataforma Lattes do CNPq, no Portal da Transparência do Governo Federal e na Plataforma Sucupira da Capes.

CAPÍTULO 4 – RESULTADOS E DISCUSSÕES

O presente capítulo traz apensada a produção acadêmica desta dissertação, que representam dois artigos científicos elaborados para o alcance dos objetivos e resposta às problemáticas da pesquisa. Desta maneira, o primeiro artigo, intitulado: “*O repatriamento de pesquisadores nacionais erradicados no exterior por meio do Programa Brasileiro Ciência sem Fronteiras e da Política Estatal Argentina Raices: um estudo comparado*”, teve por intuito analisar comparativamente os objetivos propostos e as ações empreendidas no escopo dos Programas CsF e *Raices* para o repatriamento dos pesquisadores nacionais erradicados no exterior, o qual foi submetido, aceito e apresentado, em outubro de 2018, no evento: “XXVI Jornada de Jovens Pesquisadores da AUGM”.

O referido artigo ainda foi destacado para concorrer como a melhor produção da área de “Avaliação Institucional” do evento. Ao fim do capítulo consta o comprovante de publicação do resumo. Ressalta-se que tal artigo está formatado sob as normas da APA 6ª edição, conforme requerido pelo evento.

Já o segundo artigo, intitulado “*A política de atração e fixação de pesquisadores no Brasil por meio da concessão da bolsa de estudos Jovem Talento da Capes: subsídios analíticos para uma avaliação somativa*”, que buscou avaliar os resultados e efeitos da concessão da bolsa de estudos Jovem Talento da Capes sobre os egressos do programa PAJT e as ações da Capes, foi submetido, em maio de 2019, para o periódico nacional da área de Ensino com Qualis A1: “Avaliação: Revista Brasileira da Educação Superior”, e aguarda análise.

Salienta-se que ambos os artigos trazem em seu escopo uma contextualização acerca dos movimentos migratórios de profissionais qualificados na contemporaneidade na Argentina e no Brasil. Ao fim do capítulo constam o comprovante de submissão do artigo.

A secção finaliza com uma discussão complementar, convergindo os argumentos apresentados nos artigos com as recentes alterações da legislação migratória brasileira relacionada ao tema da imigração qualificada.

4.1 ARTIGO 1: O REPATRIAMENTO DE PESQUISADORES NACIONAIS ERRADICADOS NO EXTERIOR POR MEIO DO PROGRAMA BRASILEIRO CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS E DA POLÍTICA ESTATAL ARGENTINA *RAICES*: UM ESTUDO COMPARADO

Resumo

No seio dos movimentos migratórios das últimas décadas, extremamente diversificados quanto a sua composição, encontram-se os indivíduos e grupos altamente qualificados em termos de formação acadêmica, especialmente cientistas e pesquisadores, distinguindo-se de outros grupos pelo papel desempenhado na produção e difusão do conhecimento. Neste contexto, o presente trabalho tem por objetivo analisar comparativamente o Projeto de Atração de Jovens Talentos (PAJT), no âmbito do Programa Brasileiro Ciência sem Fronteiras, e o Programa da Rede de Argentinos Pesquisadores e Cientistas no Exterior (*RAICES*), no escopo da Política Estatal Argentina. A metodologia utilizada foi a do estudo comparado, com uma abordagem de pesquisa caso-orientada, considerando como unidades de análise os programas elegidos. Para tanto foram contrastadas as semelhanças e diferenças entre os casos brasileiro e argentino, assim como, averiguadas às ações e estratégias adotadas no âmbito dos programas governamentais para a atração e fixação dos pesquisadores nacionais erradicados no exterior. Com a análise foi possível denotar a efetividade das ações para o repatriamento dos pesquisadores nacionais às instituições de ensino e centros de pesquisa brasileiros e argentinos. Particularmente, foi apontada a falta de um acompanhamento periódico e sistemático, bem como, a necessidade de ações mais diversificadas e integradas do PAJT quando comparado ao *RAICES*.

Palavras chave: Atração e Fixação de Cientistas, Fuga de Cérebros, Repatriamento de Pesquisadores Emigrados, Análise Comparada.

1. Introdução

O surgimento e alcance do conceito de Sociedade do Conhecimento, em tese, representa uma preocupação política constante de alguns países em obterem um quadro de profissionais qualificados, e, em função disso, passou-se a outorgar maior valor aos migrantes que contam com titulações e formações elevadas (Padilla, 2010).

A construção do termo “qualificado” faz referência a imigrantes portadores de níveis diferenciados de formação acadêmica e especialização profissional, bem como a padrões de desenvolvimento econômico e ordenamento social de nações desenvolvidas. (Cogo e Badet, 2013).

Quanto à mobilidade desses profissionais, destaca-se que: “O fenômeno migratório não é algo recente, mas o aumento das migrações de profissionais qualificados nos dias de hoje é fomentado, em grande medida, pelos processos de reestruturação da economia global” (Paiva & Leite, 2014, p. 2).

Padilla (2010) reforça esse pensamento, ao destacar que a migração dessa classe de profissionais é crucial para a inovação tecnológica e o crescimento econômico das nações, e recomenda a priorização de políticas de migração, cooperação e mobilidade internacional que proporcionem vantagens tanto para os países de origem quanto para os de destino.

Permeando as Teorias Migratórias, e tendo como aporte a Teoria dos Fatores de Atração e Repulsão (*Push and Pull Factors*), para compreender a dinâmica migratória contemporânea, deve-se considerar além da perspectiva micro, a análise macro dos fatores estruturais que definem a direção dos fluxos migratórios de profissionais qualificados, expressos pela correlação de questões econômicas, políticas e sociais (Foadi, 2006; Peixoto, 2004).

Recorrendo aos estudos sobre os fenômenos migratórios, ao longo das décadas de 60 a 80, o fenômeno conhecido como *brain drain* ou “fuga de cérebros” serviu para caracterizar os fluxos de profissionais qualificados dos países não desenvolvidos ou em desenvolvimento para os países desenvolvidos, principalmente devido a recessões econômicas, crises políticas, conflitos armados e regimes ditatoriais nas sociedades de origem (Videira, 2013).

Já nos anos 90, surgiu uma nova perspectiva favorável deste tipo de migração, mas no escopo das relações entre países desenvolvidos, de que a saída em grande volume da população qualificada de uma nação desenvolvida para outra localizada na mesma posição, não é sinal de “fuga de cérebros” (*brain drain*), mas de “circulação de cérebros” (*brain*

circulation), que movimenta pessoas, capitais e recursos com potencial de ganho para todas as partes envolvidas (Araújo e Ferreira, 2013).

A partir de 2008, com a deflagração da crise econômica mundial, houve um distanciamento ainda maior dos discursos políticos das nações desenvolvidas em relação ao uso da expressão “fuga de cérebros”, e a preferência pela utilização do conceito ou terminologia “circulação de cérebros”, de modo a estimular o intercâmbio de profissionais qualificados.

Padilla e França (2015, p. 8) apontam que: “Ao sobrevalorizar os benefícios e vantagens resultantes desses “intercâmbios”, tal leitura tende, no entanto, a minimizar e despolitizar o debate sobre as consequências negativas que a saída de cientistas e intelectuais pode gerar para os países de origem”.

Estas autoras acrescentam, ainda, que a substituição de um conceito por outro não faz com que antigas formas de desigualdade e assimetria deixem de existir, pois, ainda hoje, as mobilidades acadêmicas e científicas ocorrem, em grande parte, no sentido centro-periferia-centro (Padilla e França, 2015).

A discussão atual gira em torno da real contribuição das migrações de quadros de profissionais qualificados, em especial acadêmicos e científicos, no fomento ao desenvolvimento econômico e tecnológico, tanto nos países de destino quanto nos países de origem (Martine, 2005; Paiva e Leite, 2014).

Desta maneira, se a emigração é, em geral, um fenômeno que recolhe interesse político de primeira mão, a emigração de profissionais qualificados atrai importância redobrada (Breinbauer, 2007, Peixoto, 2004). A emigração desses profissionais é um indicador objetivo da pouca capacidade dos estados de origem, nos diferentes níveis de governo, ao longo do tempo, em reter seus talentos. Outro indicador é domínio dos países centrais na oferta de melhores oportunidades de emprego e renda, assim como, de condições materiais e ambientais para realizar projetos de pesquisa de alto nível.

O entendimento de “perda”, principalmente de pessoas, mas também de capitais e recursos, é particularmente relevante no caso em que esta população que sai é qualificada e em quem, de algum modo, o Estado de origem investiu durante anos, no sentido de prepará-la para dar um retorno à nação (Araújo e Ferreira, 2013).

1.1. A imigração qualificada no Brasil e na Argentina

Dentro do contexto da América Latina, o fenômeno da “fuga de cérebros” ocupa um lugar na agenda política dos países da região desde os anos 60, e foi considerado como um obstáculo para as estratégias de desenvolvimento, tendo em vista que a crescente emigração de profissionais qualificados não era compensada com um fluxo equivalente de retorno ou de atração (Albornoz, Polcuch e Alfaraz, 2002).

Na Argentina, mais precisamente a partir dos anos 60, houve um crescimento expressivo dos fluxos migratórios de profissionais qualificados devido à crise econômica no país, que levou a uma diminuição dos orçamentos nas áreas de ciência e tecnologia, além, da ascensão do governo militar, que perseguia e censurava as iniciativas da comunidade científica e acadêmica (Argentina, 2011).

Com a retomada do regime democrático, a partir de 1983, algumas iniciativas foram colocadas para reverter à perda de talentos, contudo, não foram suficientemente fortes para conter a drenagem desses profissionais. Assim, as políticas de repatriação dos pesquisadores e cientistas argentinos ganham um ponto de inflexão em 2003, com o lançamento do Programa da Rede de Argentinos Pesquisadores e Cientistas no Exterior (*RAICES*), que, em 2008, foi alçado a Política de Estado, por meio da promulgação da Lei nº 26.421 (Argentina, 2011; Emiliozzi, 2012).

O *RAICES* tem por objetivo fortalecer as capacidades científicas e tecnológicas da Argentina por meio do desenvolvimento de políticas de vinculação com pesquisadores argentinos residentes no exterior, assim como de ações destinadas a promover a permanência de pesquisadores no país e o retorno daqueles interessados em desenvolver suas atividades no país (Argentina, 2018). Salienta-se que o *RAICES* se tornou um programa contínuo do governo argentino, completando em 2018 mais de 15 anos de vigência.

Paralelamente, na década de 80, o Brasil experimentou um aumento significativo dos fluxos migratórios de brasileiros com direção ao exterior, especialmente para América do Norte e Europa (Vitorio, 2007). Grande parte dos que deixaram o país pertencia às classes médias e baixas, que emigraram para trabalhar em serviços não especializados, porém, havia uma parcela significativa desses fluxos que eram profissionais qualificados de áreas específicas ligadas a ciência e tecnologia (Cogo e Badet, 2013).

O final dos anos 2000 marca um decréscimo no número de imigrantes nos Estados Unidos e em alguns países da Europa, como Reino Unido, França e Portugal, dentre os quais, brasileiros que empreenderam projetos de emigração de retorno. Este tipo de migração,

evidenciada especialmente a partir do ano de 2008, em decorrência, sobretudo, da crise econômica mundial, que anotou um aumento da taxa de desemprego, e reduzindo assim boas oportunidades de trabalho (Cogo e Badet, 2013).

Ao longo dos anos de 2008 a 2012 o país experimentou uma alteração do fluxo migratório com um aumento expressivo da entrada de estrangeiros no país com vistos temporários e permanentes de trabalho, principalmente ligados a estudos e pesquisas (Botega, Cavalcanti e Oliveira, 2015).

Reconhecendo essa conjuntura, e com o intuito de aumentar o intercâmbio e a mobilidade de estudantes e cientistas brasileiros para o exterior, bem como, a atração e fixação no Brasil de jovens pesquisadores nacionais e cientistas estrangeiros renomados, o governo brasileiro, instituiu ao final de 2011, o Programa Ciência sem Fronteiras (CsF), por meio do Decreto Presidencial nº 7.642 (Brasil, 2011).

Apoiando-se nos objetivos do CsF, foi então concebido o Projeto de Atração de Cientistas para o Brasil, que, em uma de suas vertentes, contemplava o Projeto de Atração de Jovens Talentos (PAJT). Tal programa visava à atração e fixação no país de jovens pesquisadores de talento, com destacada produção científica, preferencialmente brasileiros, desde que residentes no exterior (Brasil, 2018). Destaca-se que tanto o CsF quanto o PAJT foram descontinuados pelo governo brasileiro no ano de 2016.

2. Objetivos

2.1 Geral

Avaliar o Projeto de Atração de Jovens Talentos (PAJT), no âmbito do Programa Brasileiro Ciência sem Fronteiras sob uma perspectiva comparada com o Programa da Rede de Argentinos Pesquisadores e Cientistas no Exterior, no escopo da Política Estatal Argentina.

2.2 Específicos

Contextualizar os processos de imigração qualificada no mundo e na América Latina, especificamente no Brasil e na Argentina, nas últimas décadas. Analisar as ações e estratégias adotadas para a retenção, o retorno e a vinculação dos pesquisadores nacionais erradicados no exterior às instituições de ensino superior e centros de pesquisa do Brasil e da Argentina.

3. Materiais e Métodos

A comparação é uma atividade cognitiva fundamental para o processo de construção do conhecimento. Por meio do raciocínio comparativo podemos identificar modelos e padrões, semelhanças e diferenças, continuidades e interrupções e, assim, explicitar determinações gerais que regem os fenômenos sociais (Schneider & Schmitt, 1998).

Segundo Ragin e Amoroso (2011), existem dois momentos circunscritos no método comparativo: um momento no qual são identificadas as similitudes entre os fenômenos ou as políticas sociais, e um outro em que são cotejadas as diferenças entre os casos ou unidades escolhidas.

Para realizar um estudo comparado em ciências sociais algumas dimensões devem ser consideradas: a dimensão do problema da pesquisa, a dimensão temporal dos casos elegidos, a dimensão espacial das unidades de análise, e a dimensão das variáveis a analisar (Sartori e Morlino, 1999).

O método comparado:

introduce al otro en nuestro universo cotidiano y es, en sí misma, un camino para el acercamiento entre países desde otro lugar y con otros intereses que, además, puede permitirnos el conocimiento o soluciones parciales, a experiencias exitosas y a colegas inquietos con quienes en el intercambio podamos construir (Braslavsky, 1993, p. 16).

Assim, a escolha dos casos elegidos para este estudo ponderou os seguintes critérios: o tema da imigração qualificada; a circunscrição geográfica na América Latina, o paralelismo da estrutura acadêmica e científica da Argentina e do Brasil, bem como dos objetivos e das finalidades dos Programas *RAICES* e *PAJT*.

Deste modo, para consecução dos objetivos propostos neste trabalho, foi realizada uma pesquisa de natureza qualitativa, com a utilização do método comparativo, sob uma abordagem caso-orientada, tendo como unidades de análise os programas governamentais elegidos, pautada na análise de conteúdo dos documentos de constituição, execução e monitoramento dos Programas *RAICES* e *PAJT*. Ressalta-se que a análise documental se apoiou na concepção de Bardin (1977).

Da análise documental, foram verificadas as semelhanças e diferenças entre os referidos programas tendo como base teórica os estudos de Ragin e Amoroso (2011), assim

como, foram analisadas as ações e estratégias adotadas no âmbito das políticas governamentais de acordo com a classificação empregada nos trabalhos de Buiara (2006).

4. Resultados e Discussões

Com base nos objetivos e características expressos nos documentos institucionais dos Programas *RAICES* e *PAJT*, obteve-se o panorama abaixo:

Tabela 1 – Semelhanças e diferenças entre os objetivos do *RAICES* e do *PAJT*

	PROGRAMAS	
SEMELHANÇAS	<i>RAICES</i>	<i>PAJT</i>
Objetivos e Características	Promover o retorno de pesquisadores argentinos erradicados no exterior que tenham interesse em desenvolver suas atividades em instituições na Argentina	Atrair e fixar jovens pesquisadores de talento erradicados no exterior, com destacada produção científica, preferencialmente brasileiros, para desenvolver pesquisas ou tecnologias em instituições no Brasil.
	O <i>RAICES</i> foi concebido como um programa governamental em 2003	O <i>PAJT</i> foi concebido como um programa governamental em 2011
DIFERENÇAS	<i>RAICES</i>	<i>PAJT</i>
Objetivos e Características	Estimular a permanência dos pesquisadores argentinos residentes no país.	Não há um objetivo correlato no escopo do <i>PAJT</i>
	Desenvolver ações de vinculação com pesquisadores argentinos residentes no exterior.	Não há um objetivo correlato no escopo do <i>PAJT</i>
	O <i>RAICES</i> foi alçado a política de Estado em 2008, sendo um programa ativo há mais de 15 anos.	O <i>PAJT</i> foi descontinuado em 2016, contabilizando 4 anos de duração

Fonte: Documentos institucionais dos programas.

Ademais, tendo como referência os instrumentos elegidos no âmbito dos Programas *RAICES* e *PAJT* para consecução dos objetivos propostos, aferiu-se o seguinte:

Tabela 2 - Ações e estratégias empreendidas no âmbito do *RAICES* e do *PAJT*.

AÇÕES	PROGRAMAS	
	RAICES	PAJT
Ações de retenção	Aumento da oferta de bolsas de pós-doutorado no país	Manutenção da bolsa de estudos para os jovens talentos aprovados em concurso público
Promoção de retorno	Aporte de recursos para projetos de pesquisa científica e tecnologia desenvolvidos na Argentina – Subprograma PICT RAICES	Oferta de bolsas de estudos para os pesquisadores interessados em retornar ao país
	Difusão de oferta laborais por parte das empresas que possuem acordo com o <i>RAICES</i>	Financiamento de projetos de pesquisa científicos e tecnológicos nas áreas definidas como prioritárias
		Concessão de bolsas de estudos de iniciação científica, vinculadas aos projetos de pesquisa aprovados
Vinculação no exterior	Criação da base de dados dos cientistas e pesquisadores residentes no exterior	
	Financiamento de visitas de curta duração na Argentina para realização de atividades pesquisa, ensino e extensão – Subprograma César Milstein	
	Formação de redes de pesquisa internacionais em áreas específicas do conhecimento	
	Investimento em projetos de micro e pequenas empresas de base tecnológica em áreas de interesse, tendo como contrapartida a participação de um pesquisador/cientistas argentino erradicado no exterior Realização de encontros orientados a promover a	

	transferência de conhecimento entre pesquisadores argentinos residentes no país e no exterior	
--	---	--

Fonte: Documentos institucionais dos programas.

Por fim, correlacionado o quantitativo total de pesquisadores atraídos e fixados às instituições de ensino e centros de pesquisa na Argentina e no Brasil, levando em consideração o período de vigência dos programas RAICES e PAJT, tem-se o seguinte paralelo:

Tabela 3 – Dados quantitativos dos pesquisadores fixados pelo RAICES e PAJT.

PROGRAMAS	Quantitativo Total	Média Anual	Duração	Situação
RAICES	1323 pesquisadores repatriados	> 88 pesquisadores	15 anos	Vigente
PAJT	104 pesquisadores repatriados	26 pesquisadores	4 anos	Descontinuado

Fonte: Base de dados institucionais dos programas.

Diante da análise comparativa, denota-se que o *RAICES*, após ter sido declarado uma política de Estado em 2008, e, assim, ter sua continuidade garantida ao longo de 15 anos, se tornou uma ação estratégica do governo argentino, possibilitando uma política direcionada para o retorno e a reincorporação de acadêmicos, cientistas e pesquisadores erradicados no exterior às instituições e organizações científicas e tecnológicas do país.

Tal valoração pode ser percebida pela forte articulação dos órgãos responsáveis pela execução do *RAICES*, tais como o Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação Produtiva (MinCyT) e o Conselho Nacional de Pesquisas Científicas e Técnicas (CONICET), que passaram a inovar e diversificar as estratégias adotadas, assim como a integrar e compartilhar ações dirigidas para a efetividade da política de migração de retorno.

Conforme aponta Emiliozzi (2012), no final dos anos 90, redesenhou-se o arcabouço institucional do setor de ciência e tecnologia na Argentina, criando novos órgãos e refinando algumas competências de outros já existentes, e a partir dos anos 2000, iniciou-se uma forte recomposição do quadro nacional de cientistas e pesquisadores, que foram incorporados aos sistemas acadêmicos das IES argentinas e a carreira de investigador do CONICET.

Diferentemente do que ocorreu no PAJT, já que ele não foi reeditado na sua forma original ou outra alguma outra alternativa, pelo governo brasileiro em 2016. Evidentemente existe uma boa correlação de dependência com a crise política e a recessão econômica que o país passou a viver desde então, que dentre outras consequências, ocasionou a redução dos orçamentos destinados aos órgãos de ciência e tecnologia, dentre eles a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Apesar de resultados e efeitos indiretos do PAJT sobre as ações institucionais das agências de fomento brasileiras, é evidente a falta de boa articulação entre os atores sociais, os órgãos públicos, as instituições de ensino superior e as representações acadêmicas, de maneira a propiciar ações conjuntas. Por exemplo, novas formas de contratações de professores nas IES brasileiras e incentivos para manutenção das bolsas de pesquisa aos cientistas atraídos para o Brasil.

Do ponto de vista do monitoramento e da avaliação das políticas públicas em questão, é eminente o maior cuidado e atenção desta função por parte das instituições argentinas (MinCyT e CONICET), quando comparado as entidades brasileiras (Capes e CNPq), tendo em vista a constante divulgação de relatórios de execução e de avaliações gerais acerca do *RAICES*.

Percebe-se claramente que o Programa *RAICES* promove linhas de ações que respondem tanto aos efeitos negativos do fenômeno da fuga de cérebros (brain drain) quanto aos efeitos positivos do fenômeno do ganho ou circulação de cérebros (brain gain ou brain circulation), adotando estratégias para vinculação dos cientistas argentinos radicados no exterior às instituições de ensino superior, centros de pesquisa e empresas de tecnologia, assim como, para a fixação dos pesquisadores argentinos residentes no país.

Conforme preceitua ElHaji (2013), os países atentos aos aspectos positivos das mudanças em curso, em vez de lutar contra a fuga de cérebros, se empenham em adotar e pôr em prática estratégias e políticas públicas suscetíveis a fortalecer os laços dos expatriados com a terra e cultura de origem.

Cumprе ressaltar que apesar do Programa PAJT não ter empreendido nas suas ações, instrumentos para retenção dos talentos, a própria política das agências de fomento brasileiras (Capes e CNPq), exigem a obrigação do retorno ao país após o fim da bolsa e o cumprimento de interstício pelo mesmo período que esteve no exterior para aqueles que foram contemplados com bolsas de estudos, sobressaindo como uma política de retenção dos cientistas e pesquisadores brasileiros.

Todavia, em relação às ações de vinculações no exterior, no escopo do Programa PAJT, verificou-se a falta de instrumentos que permitissem a vinculação dos pesquisadores brasileiros erradicados no exterior ao sistema acadêmico- científico nacional, por meio de projetos de pesquisa conjuntos e dos acordos de cooperação internacionais financiados ou fomentados com recursos da Capes e do CNPq.

Em referência aos estudos de Botega et al. (2015), acerca das abordagens teóricas sobre a migração de retorno, evidencia-se que o Programa *RAICES* legitima a perspectiva Transnacional, ao questionar as concepções binárias - baseadas na dicotomia entre a origem e destino, tendo em conta que os imigrantes desenvolvem estilos de vida, ideologias sociais e redes de cooperação que envolvem tanto a terra de origem como o país de destino, o que exige novos conceitos às políticas de migração de retorno.

Deste modo, de acordo com os autores citados, a migração de retorno é parte do processo de migração, ao qual se inclui relações econômicas, políticas, culturais e sociais entre os países de origem e os de destino, mediadas pela constante troca de recursos, bens, informações e conhecimentos (Botega et al., 2015).

Além disso, deve-se ter em mente, que o retorno ou vinculação deve ser estudado considerando as conjunturas entre as sociedades de origem e de destino, diante do ambiente social e das estruturas institucionais no fluxo de deslocamento do migrante, de modo a evitar sua re-emigração para o exterior, ou permitir sua adequada vinculação laboral.

Desta maneira, ao analisar comparativamente os Programas *RAICES* e o PAJT, percebe-se que a Argentina busca mecanismos diversos e integrados para lograr a reinserção dos emigrados qualificados, seja pelo retorno físico ou pela vinculação à distância dos pesquisadores erradicados no exterior ao sistema acadêmico e científico do país.

5. Conclusões

Como preliminar, para as conclusões é importante ressaltar que este estudo não analisou o alcance das políticas erigidas no escopo dos Programas *RAICES* e PAJT. Em realidade, nossa pesquisa buscou verificar a formulação de políticas governamentais na Argentina e do Brasil e decorrentes de ações para evitar a fuga de cérebros e se beneficiar da circulação de cérebros no exterior.

Então, considerando que a natureza dos processos migratórios é algo de longo prazo, evidenciou-se que a política pública brasileira, de curto prazo, não foi capaz de responder adequadamente aos fenômenos de fuga de cérebros no Brasil. Como tais processos tem um caráter transnacional, as ações governamentais teriam que ter complementado espaços

plurais e globais para vinculação dos profissionais erradicados no exterior às instituições de fomento no Brasil.

Deveriam ter sido equacionadas as medidas atração, fixação e vinculação dos pesquisadores nacionais com medidas mais significativas de investimento em mobilidade, internacionalização e circulação do conhecimento entre os países de destino e o Brasil. E, constatou-se a inexistência de uma base de dados acerca do quantitativo de profissionais qualificados residentes no exterior, assim, não se pode quantificar ou mesmo estimar a emigração brasileira de maneira geral.

Conclui-se, portanto, que deve fazer uma inflexão, na qual a discussão entre sociedade civil e as esferas governamentais será de suma importância para a construção de uma política imigratória de caráter transnacional. Deste modo, a revisão da política migratória brasileira torna-se imperativa, pois a legislação brasileira ainda é muito restritiva tanto para a promoção do retorno ao país, quanto para a inserção dos migrantes como força laboral, sem falar na criação de espaços transnacionais de vinculação.

Por fim, conclui-se que uma boa prática a ser adotada pelo governo brasileiro, pode contemplar as instâncias empreendidas pelo Estado argentino na vinculação dos seus pesquisadores nacionais residentes no exterior.

6. Bibliografia

Albornoz, M., Polcuch, E. & Alfaraz, C. (2002). Hacia una nueva estimación de la “fuga de cerebros”. *Redes*, vol. 9, nº 18, pp.63-84. Universidad Nacional de Quilmes. Buenos Aires, Argentina. Recuperado em: https://www.academia.edu/28412997/Hacia_una_nueva_estimaci%C3%B3n_de_la_fuga_de_cerebros

Araújo, E. & Ferreira, F. (2013). A “Fuga de Cérebros”: um discurso multidimensional. In Araújo, E., Fontes, M. & Bento, S. (Org.). Para um debate sobre mobilidade e fuga de cérebros. CECS Publicações/eBooks, pp. 58-82. Recuperado em: http://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/cecs_ebooks/issue/view/120/showToc

Argentina (2008). Lei nº 26.421/2008. Establécese que el Programa Red de Argentinos Investigadores y Científicos en el Exterior (RAICES), creado en el ámbito del Ministerio de Ciencia, Tecnología e Innovación Productiva, será asumido como política de Estado. Buenos Aires, Argentina. Recuperado em 31 de julho, 2018, de: http://www.raices.mincyt.gov.ar/documentos/Ley_26_421_Raices.pdf

Argentina (2011). Programa RAICES: Una Política de Estado. Relatório. Buenos Aires, Argentina. Recuperado em 31 de julho, 2018, de:
<http://www.raices.mincyt.gov.ar/documentos/Programa%20Raices%202011.pdf>

Argentina (2015). Programa RAICES: Una Política de Estado. Relatório. Buenos Aires, Argentina. Recuperado em 31 de julho, 2018, de:
http://www.raices.mincyt.gov.ar/documentos/Programa_Raices_2015.pdf

Argentina (2018). Programa Red de Argentinos Investigadores y Científicos em el Exterior - RAICES. Buenos Aires, Argentina. Recuperado em 03 de agosto, 2018, de:
<http://www.raices.mincyt.gov.ar/institucional-presentacion.php>

Bardin, L. (1977). Análise de conteúdo. Trad. Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Martins Fontes.

Botega, T., Cavalcanti, L., Oliveira, A. (2015). Migrações Internacionais de Retorno no Brasil. Relatório. Brasília, Brasil.

Brasil (2011). Decreto Presidencial nº 7.642/2011. Institui o Programa Ciência sem Fronteiras CsF. Brasília, Brasil. Recuperado em 31 de julho, 2018, de:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7642.htm

Brasil (2018). Ciência sem Fronteiras. Brasília, Brasil. Recuperado em 03 de agosto, 2018, de: <http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/bolsa-jovens-talentos>

Braslavsky, C. (1993). Problemas de la educación y necesidad de la comparación en América Latina hoy. *Cadernos CEDES – América Latina: semelhanças e diferenças*. n. 31, pp.9-16. Campinas, Brasil.

Breinbauer, A. (2007). Brain Drain – Brain Circulation or ... What else happens or should happen to the Brains some Aspects of Qualified Person Mobility/Migration. FIW Working Paper, nº 4. Recuperado em: <https://ideas.repec.org/p/wsr/wpaper/y2007i004.html>

Buira, R. (2006). Políticas de Estado-diáspora em Argentina. In González, C. (Ed.). *Relaciones Estado-diáspora: la perspectiva de América Latina y el Caribe*. México: Instituto de los Mexicanos en el exterior – Secretaría de Relaciones Exteriores, Universidad Autónoma de Zacatecas/ANUIES/Miguel Ángel Porrúa.

Cogo, D. & Badet, M. (2013). De braços abertos... A construção midiática da imigração qualificada e do Brasil como país de imigração. In Araújo, E., Fontes, M. & Bento, S. (Org.).

Para um debate sobre mobilidade e fuga de cérebros. CECS Publicações/eBooks, pp. 32-57.

Recuperado

em:

http://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/cecs_ebooks/issue/view/120/showToc

ElHaji, M. (2013). Migrações internacionais, fuga das mentes e corrida dos cérebros: custos materiais, benefícios simbólicos e dúvidas existenciais. In Araújo, E., Fontes, M. & Bento, S. (Org.). Para um debate sobre mobilidade e fuga de cérebros. CECS Publicações/eBooks, pp. 125-137. Recuperado em:

http://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/cecs_ebooks/issue/view/120/showToc

Emiliozzi, S. (2012). Políticas em Ciencia y Tecnología y universidad em Argentina: Análisis sobre la formación e inserción de los recursos humanos calificados. VII Jornadas de Sociología de la UNLP, 5 al 7 de diciembre de 2012, La Plata, Argentina.

Foadi, S.(2006). Key Issues and causes of the Italian brain drain. Innovation: The european Journal of Social Science Resarch, v.19, nº 2, pp. 209-223. Recuperado em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/13511610600804315?scroll=top&needAccess=true>

Martine, G. (2005). A Globalização inacabada, as migrações internacionais e pobreza no século 21. In São Paulo em Perspectiva, v. 19, nº 3, pp.3-22. Morlino, L. e Sartori, G. (1999). La comparación en las ciencias sociales. Madrid: Alianza Editorial.

Padilla, B. (2010). Algunas reflexiones sobre las migraciones altamente cualificadas: Políticas, Mercados Laborales e Restricciones. Portugal. Recuperado em: https://www.researchgate.net/publication/49611430_Algunas_reflexiones_sobre_la_migracion_altamente_cualificada_politicas_mercados_laborales_y_restricciones_Some_reflections_on_highly_skilled_migration_policies_labour_markets_and_constraints

Padilla, B. & França, T. (2015). Mobilidade científica e imigração qualificada: situando o debate. Fórum Sociológico, série II, pp. 7-10. Recuperado em: <https://ciencia.iscte-iul.pt/publications/mobilidade-cientifica-e-imigracao-qualificada-situando-o-debate/29469>

Paiva, A. & Leite, A. (2014). Da emigração à imigração ? Por uma análise do perfil migratório brasileiro nos últimos anos. Revista Ars histórica, nº 7, jan./jun., pp. 1-20. Recuperado em: <http://www.ars.historia.ufrj.br/index.php/anteriores/2-uncategorised/40-7-edicao>

Peixoto, J. (2004). As teorias explicativas das migrações: Teorias Micro e Macro Sociológicas. Lisboa: Socius Working Papers, nº 11.

Ragin, C., Amoroso, L. (2011). *Constructing Social Research: the unity and diversity of method*, 2ª ed. Londres: Sage.

Schneider, S.; Schimitt, C. (1998). O uso do método comparativo nas Ciências Sociais. *Cadernos de Sociologia*, Porto Alegre, Brasil, v.9, pp. 49-87. Recuperado em: http://nc-moodle.fgv.br/cursos/centro_rec/docs/o_uso_metodo_comparativo.pdf

Videira, P. (2013). A mobilidade internacional dos cientistas: construções teóricas e respostas políticas. In Araújo, E., Fontes, M. & Bento, S. (Org.). *Para um debate sobre mobilidade e fuga de cérebros*. CECS Publicações/eBooks, p. 138-162.

2. Avaliação Institucional, Planejamento Estratégico e Gestão Universitária

O repatriamento de pesquisadores nacionais erradicados no exterior por meio do Programa Brasileiro Ciência sem Fronteiras e da Política Estatal Argentina Raices: uma análise comparada.

Andrade, Leonardo; leonardo.andrade@capes.gov.br;
Amaral, Lívio; amaral@if.ufrgs.br;

Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Resumen

No seio dos movimentos migratórios das últimas décadas, extremamente diversificados em quanto a sua composição, encontram-se os indivíduos e grupos altamente qualificados em termos de formação acadêmica, especificamente cientistas e pesquisadores, distinguindo-se de outros grupos pelo papel desempenhado na produção e difusão do conhecimento. Neste contexto, o presente trabalho tem por objetivo analisar comparativamente o Projeto de Atração de Jovens Talentos (PAJT), no âmbito do Programa Brasileiro Ciência sem Fronteiras, e o Programa da Rede de Argentinos Pesquisadores e Cientistas no Exterior (RAICES), no escopo da Política Estatal Argentina. Para tanto foram analisadas às ações e estratégias adotadas para a atração e fixação dos pesquisadores nacionais que emigraram para exterior devido ao fenômeno descrito na literatura como fuga de cérebros ou “brain drain”. A metodologia utilizada foi a do estudo comparado, com uma abordagem de pesquisa caso-orientada, considerando como unidades de análise primárias as agências de fomento responsáveis pela execução dos referidos programas. Assim, foram contrastadas as semelhanças e diferenças entre as políticas públicas do Brasil e da Argentina, bem como, foram identificados os problemas comuns e as formas de como enfrentá-los pelas agências de fomento de cada país. Com esta análise foi possível denotar a efetividade das ações para o repatriamento dos pesquisadores nacionais às instituições de ensino e centros de pesquisa nos respectivos países. Em particular, foi apontada a falta de um acompanhamento periódico e sistemático, além da necessidade de ações mais diversificadas e integradas, do PAJT quando comparado ao RAICES.

Palabras clave: Atração e Fixação de Cientistas, Fuga de Cérebros, Repatriamento de Pesquisadores Emigrados, Análise Comparada.

4.2 ARTIGO 2: A POLÍTICA DE ATRAÇÃO E FIXAÇÃO DE PESQUISADORES NO BRASIL POR MEIO DA CONCESSÃO DA BOLSA DE ESTUDOS JOVEM TALENTO DA CAPES: SUBSÍDIOS ANALÍTICOS PARA UMA AVALIAÇÃO SOMATIVA.

Resumo

A história que fundamenta o fenômeno do *brain drain* sinaliza que, desde o início, ele foi abordado como um designativo de um fluxo unilateral de mobilidade de profissionais qualificados dos países em desenvolvimento para os países desenvolvidos, cujas consequências negativas para as sociedades de origem significavam, dentre outras questões, uma perda de recursos públicos investidos na formação e na qualificação desses profissionais. Neste contexto, o presente artigo teve por objetivo avaliar a política de atração e fixação no Brasil de pesquisadores erradicados no exterior por meio da verificação dos resultados e efeitos da concessão da bolsa de estudos Jovem Talento da Capes pertencente ao Programa Ciência sem Fronteiras. Para tanto a metodologia adotada foi a da avaliação de políticas públicas *ex-post*, sob uma abordagem quali-quantitativa, utilizando-se a análise documental para definição de variáveis de avaliação e, a partir destas, a análise exploratória de dados para apuração dos resultados e efeitos alcançados. Deste modo, averiguou-se que não foi cumprida a meta de concessão de bolsas, e dentro do universo das bolsas que foram implementadas, também não foi atingida a meta de fixação no país de mais de 50% dos pesquisadores atraídos, em grande parte, devido à falta de monitoramento da execução do programa e a inexistência de estudos incrementais à implementação da política. Apesar disso, fora alcançado o objetivo de atrair, preferencialmente, pesquisadores brasileiros, assim como verificou-se que a bolsa Jovem Talento gerou efeitos de curto prazo sobre as ações da Capes, evidenciados através da institucionalização da referida modalidade de bolsa e da criação de programas análogos na instituição.

Palavras-chave: Imigração Qualificada. Jovens Pesquisadores de Talento. Avaliação de Políticas Públicas.

Abstract

The history underlying the brain drain phenomenon signals that from the outset it has been approached as a designation of a unilateral flow of mobility of skilled professionals from developing to developed countries with negative consequences for societies of origin meant, among other issues, a loss of public resources invested in the training and qualification of these professionals. In this context, this article aimed to evaluate the policy of attraction and fixation in Brazil of researchers eradicated abroad through checking the results and the effects of the granting of the Capes Young Talent scholarship belonging to the Science without Borders Program. In order for that, the methodology adopted was the evaluation of ex-post public policies, using a qualitative-quantitative approach, using documentary analysis to define evaluation variables and, from these, data analysis for results and effects aimed. Thus, it was found observed that the goal of granting scholarships was not met reached, and within the universe of scholarships that were implemented, the goal of fixing more than 50% of the researchers attracted to the country, due to the lack of monitoring of the execution of the program and the lack of incremental studies to the implementation of the policy. Despite of this context, the goal of attracting Brazilian researchers was accomplished, as well as it was verified that the Youth Talent exchange generated short-term effects on the actions of Capes, evidenced by the institutionalization of this modality of stock exchange and the development of similar programs in the institution Capes.

Keywords: Qualified Immigration. Young Talent Researchers. Evaluation of Public Policies.

1 Introdução

Desde a Revolução Industrial que as políticas comercial, tecnológica e industrial ocupam o centro das discussões sobre as teorias de desenvolvimento econômico, e são justamente as diferenças entre tais políticas que separam os países não desenvolvidos, ou em desenvolvimento, dos países desenvolvidos, sendo que, até meados do século XIX, o meio mais importante de transferência tecnológica foi o deslocamento de mão de obra qualificada, a qual incorporava o capital intelectual ao processo industrial (CHANG, 2004).

Assim, dos primeiros estudos sobre mobilidade internacional de profissionais qualificados na contemporaneidade foi então cunhado o termo *brain drain* (ou “fuga de cérebros”), que se referia ao êxodo de cientistas e intelectuais do Reino Unido para os Estados

Unidos ao final dos anos 50, conforme apontado no Relatório da Sociedade Real de Londres de 1962 (PEIXOTO, 1999; FOADI, 2006).

A ideologia que fundamenta o fenômeno do *brain drain*, sinaliza que, desde o início, ele foi abordado como um designativo de um fluxo unilateral de mobilidade de profissionais qualificados dos países em desenvolvimento para os países desenvolvidos (SALT, 1997; BRANDI, 2006), cujas consequências negativas para as sociedades de origem significavam, dentre outras questões, uma perda de recursos públicos investidos na formação e na qualificação desses profissionais.

A partir desta abordagem, ao longo dos anos 70 e 80, as discussões acerca do tema ganharam outras conotações como *brain gain* (ou “ganho de cérebros”) e *brain circulation* (ou “circulação do conhecimento”), que, em realidade, foi uma releitura do fenômeno do *brain drain*, e buscou abordar aspectos positivos para as sociedades de origem (SOLIMANO, 2008).

Contudo, na segunda metade dos anos 90, o fenômeno do *brain drain* voltou à discussão no meio acadêmico, em um contexto de baixo crescimento demográfico, de queda acentuada na formação de pessoal em cursos de ciências e engenharias e da crescente especialização dos mercados de trabalho, que tem ocasionado, até hoje, a escassez de profissionais altamente qualificados mesmo em algumas das economias mais desenvolvidas do mundo (VIDEIRA, 2013).

Segundo aponta Almeida (2014), determinadas nações desenvolvidas passaram então a empreendem políticas direcionadas para atração e fixação de profissionais altamente qualificados, em especial cientistas e pesquisadores, oferecendo recursos para o desenvolvimento de pesquisas e propiciando melhores condições de trabalho nas instituições de ensino.

Destarte, a partir do ano de 2008, com a deflagração da crise econômica mundial, houve um distanciamento ainda maior dos discursos políticos das nações desenvolvidas em relação ao uso da expressão *brain drain*, e a preferência pela utilização da terminologia *brain circulation*, de modo a estimular o intercâmbio de profissionais qualificados.

Dentro do contexto da América Latina, o fenômeno da “fuga de cérebros” ocupa um lugar na agenda política dos países da região desde os anos 60, e foi considerado como um obstáculo para as estratégias de desenvolvimento, tendo em vista que a crescente emigração de

profissionais qualificados dos países latino americanos não era compensada com um fluxo equivalente de retorno ou de atração dessa mesma categoria de trabalhadores (ALBORNOZ *et al.*, 2002 *apud* ANDRADE; AMARAL, 2019).

No Brasil, mais precisamente a partir da década de 80, o país experimentou um aumento significativo dos fluxos migratórios de brasileiros com direção ao exterior, especialmente para Estados Unidos, Europa e Japão (VITORIO, 2007), grande parte dos que deixaram o país pertencia às classes médias e baixas, que emigraram para trabalhar em serviços não especializados, porém, havia uma parcela significativa que eram de profissionais qualificados das áreas de ciência e tecnologia.

Já no final dos anos 2000, ocorreu uma reversão da tendência característica dos anos 80. Foi nítido um decréscimo no número de imigrantes nos Estados Unidos e em alguns países da Europa, como Reino Unido, França e Portugal, dentre os quais, brasileiros que empreenderam projetos de emigração de retorno, principalmente devido à crise econômica mundial de 2008 (COGO; BADET, 2013).

Assente nessa realidade, o governo brasileiro, instituiu em dezembro de 2011, por meio do Decreto nº 7.642, o Programa Ciência sem Fronteiras (CsF), com o objetivo de propiciar a formação e capacitação no exterior de pessoas com elevada qualificação em instituições de excelência, **além de atrair para o Brasil jovens cientistas de talentos e pesquisadores sêniores renomados** (BRASIL, 2011. grifo nosso).

Atentando-se a um dos objetivos específicos do CsF, foi então concebido o Projeto de Atração de Cientistas para o Brasil, que, em uma de suas vertentes, contemplava o Programa de Atração de Jovens Talentos (PAJT). Neste cenário, o presente estudo tem por objetivo avaliar a política de atração e fixação e pesquisadores no Brasil por meio da concessão da bolsa de estudos Jovem Talento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) dentro do escopo do CsF.

2 Metodologia

De acordo com o ciclo de políticas públicas proposto por Januzzi (2011), a avaliação final de uma política ou programa governamental é conceituada como avaliação somativa, na qual são confrontados os resultados esperados com os efeitos alcançados, sendo esse o

momento em que se dá um retorno à etapa inicial de formulação, com correções gerais no plano de ação, decidindo-se pela continuidade ou descontinuidade de da política pública.

Para o caso em estudo, adotou-se a metodologia da avaliação de políticas públicas ex-post (SOBRAL, 2017; LACERDA, 2018), que é realizada após a finalização da política pública, e permite aferir os resultados e efeitos obtidos, de modo a estabelecer um paralelo do que foi executado e do que foi efetivamente alcançado, tendo como referência os objetivos e metas previstos no escopo da política.

Tal abordagem metodológica propiciou a compreensão do contexto em que se insere a política em análise, culminando em uma avaliação ampla acerca do PAJT executado pela Capes. O delineamento metodológico se apoiou na definição de variáveis de avaliação para mensurar os resultados alcançados e verificar os efeitos obtidos, num curto prazo, sobre os beneficiários da bolsa BJT e as ações institucionais da Capes.

Dentre os métodos e técnicas de pesquisa adotadas para este trabalho, utilizou-se a análise documental, que “busca identificar informações factuais nos documentos a partir de questões e hipóteses de interesse do pesquisador” (LUDKE; ANDRÉ, 1986), sendo importante assinalar que tal análise “recorre a materiais que não ainda não receberam tratamento analítico, isto é, são fontes primárias” (SILVA *et al.*, 2009).

Também se recorreu a análise exploratória de dados, a qual, de acordo com Waltenburg *et al.* (2012) preceitua que “o uso de técnicas exploratórias que se destina a divulgar padrões nos conjuntos de dados”, permitindo assim maximizar o conhecimento sobre um conjunto de dados, sem que necessariamente estejam atrelados a um método estatístico, trazendo informações gerais para avaliação da política em questão.

Cumprе apontar que os dados analisados neste estudo representam uma amostra e, como tal, uma abordagem estatística direta desses dados seria inadequada, pois produziria resultados e conclusões sem significado válido.

Portanto, a definição das variáveis de avaliação foi realizada por meio da análise documental dos registros de constituição, implementação e monitoramento dos Programas CsF e PAJT, as quais foram apuradas por meio da análise exploratória dos dados dos 556 processos de bolsas e projetos Jovem Talento concedidos pela Capes ao longo dos anos de 2012 a 2015.

Os dados foram extraídos do Sistema de Acervo de Dados Digitais (ADD) da Capes e devidamente complementados e tratados com os dados constantes nos seguintes bancos: Plataforma Lattes do CNPq¹, Portal da Transparência do Governo Federal, Sistema de Conciliação e Pagamentos de Bolsas da Capes, CNPq e FNDE²; e Plataforma Sucupira da Capes.

Ressalta-se que havia poucos documentos relativos à concepção e execução dos programas elegidos disponíveis nos sítios eletrônicos do CsF e da Capes, e nos arquivos físicos da Capes. Salienta-se também que não foi possível realizar uma análise dos processos de bolsas e projetos Jovem Talento, concedidos pelo CNPq, em virtude da distinção entre os processos administrativos e os sistemas informacionais da Capes e do CNPq.

Inicialmente, tentou-se a coadunar os dados dos processos de bolsas e projetos da Capes e do CNPq, mas em virtude da formatação dos dados e informações coletadas e processadas no CNPq, obtivemos um quadro de inconsistências. Para obter-se um conjunto de dados parametrizados entre as agências, seria necessário estabelecer regras de correspondência entre eles. Isso, no entanto, envolveria uma leitura pontual de cada dado e uma decisão interpretativa de seu enquadramento, o que geraria um grau de arbitrariedade e imprecisão nos dados.

3. Resultados e Discussões

3.1 Implementação do Programa de Atração de Jovens Talentos

Para fomentar e viabilizar a atração e fixação no Brasil de jovens cientistas de erradicados no exterior, foi então criada, nos autos do Decreto nº 7.642/2011, a modalidade de bolsa de estudos Jovem Talento (BJT), destinada a pesquisadores(as), brasileiros(as) ou estrangeiros(as), com título de doutor(a) há mais de 5 anos, erradicados no exterior, com destacada produção científica e tecnológica em áreas do conhecimento definidas como prioritárias pelo Comitê Gestor do CsF (BRASIL, 2018; BRASÍLIA, 2011).

Tal modalidade foi então categorizada, no primeiro edital de seleção conjunto entre CNPq e Capes, em nível A (BJT-A) e nível B (BJT-B), ambas com duração mínima de 12 e

¹ Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Autarquia federal vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia.

² Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação.

máxima de 36 meses, mas distintas em relação ao valor da mensalidade paga ao bolsista BJT e do auxílio financeiro concedido para o custeio do projeto³.

Ao CNPq foi incumbido o recebimento das propostas das Unidades de Pesquisa e Institutos Nacionais de Ciência do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT). Já a Capes teve a atribuição de receber as propostas⁴ das Instituições de Ensino Superior (IES) do Ministério da Educação (MEC) por intermédio dos programas de pós-graduação reconhecidos e recomendados pela Capes (BRASÍLIA, 2011).

Ademais, a meta global de concessão para a modalidade BJT foi de 2000 mil bolsas, sendo a meta individual para cada agência, CNPq e Capes, a concessão de 1000 mil bolsas, conforme estabelecido pelo Comitê Gestor do CsF (BRASIL, 2018). De acordo com a amostra definida para estudo, foram então levantados os dados de concessão dos processos de bolsas e projetos BJT, concedidos pela Capes ao longo dos anos de 2012 a 2015. Assim, verificou-se que foram concedidos 556 processos de bolsas e projetos BJT, contudo, forma efetivamente implementados⁵, 217 desses processos.

3.2 Definição das Variáveis de Avaliação

Por meio da análise documental foram definidas as seguintes variáveis de avaliação, tendo como referência os objetivos e metas estabelecidos para o Programa de Atração de Jovens Talentos:

³ A distinção de valores pagos entre as modalidades BJT-A e BJT-B se dava em relação à retribuição mensal, sendo, respectivamente, R\$ 7.000,00 para BJT-A, e R\$ 4.100,00 para BJT-B, assim como referente ao valor anual do Auxílio Financeiro a Projeto Educacional ou de Pesquisa, R\$ 20.000,00 para BJT-A e R\$ 10.000,00 para BJT-B (BRASÍLIA, 2011).

⁴ As propostas deveriam ser apresentadas como projetos de pesquisa, com equipe composta por: a) 1 (um) coordenador técnico, um docente vinculado a IES Proponente; b) 1 (um) bolsista BJT, o pesquisador convidado; c) até 3 (três) bolsistas de iniciação científica (IC) e 3 (três) bolsista de iniciação tecnológica e industrial (ITI), alunos de graduação da IES Proponente. (BRASÍLIA, 2011).

⁵ Ressalta-se que, para a Capes, conforme consta na Portaria Capes nº 289, de 28 de dezembro de 2018, o conceito de bolsa concedida é a aquela que foi aprovada em processo seletivo público e outorgada por meio de documento legal ao beneficiário. Já o conceito de bolsa implementada, é aquela que, além de aprovada e outorgada, recebeu o aceite formal por parte do bolsista e teve o primeiro repasse de recursos.

Tabela 1 – Variáveis de avaliação de acordo com o objetivos e metas propostos:

	Objetivo	Meta	Variável
A	Atrair jovens pesquisadores de talento, com título de doutorado, brasileiros ou estrangeiros, erradicados no exterior, com destacada produção científica ou tecnológica.	Conceder 1000 mil bolsas da modalidade Jovem Talento (BJT).	Quantitativo de bolsas concedidas pela Capes no quadriênio 2012-2015.
B	Fixar jovens pesquisadores de talento aos quadros das instituições de ensino superior e centros de pesquisa brasileiros, públicos ou privados.	Fixar 50% dos egressos aos quadros das instituições de interesse.	Percentual de egressos fixados, oriundos do quadriênio 2012-2015.
C	Repatriar jovens pesquisadores de talento brasileiros aos quadros das instituições de interesse.	Fixar 50 % dos egressos de nacionalidade brasileira.	Percentual de egressos brasileiros fixados, oriundos do quadriênio 2012-2015.

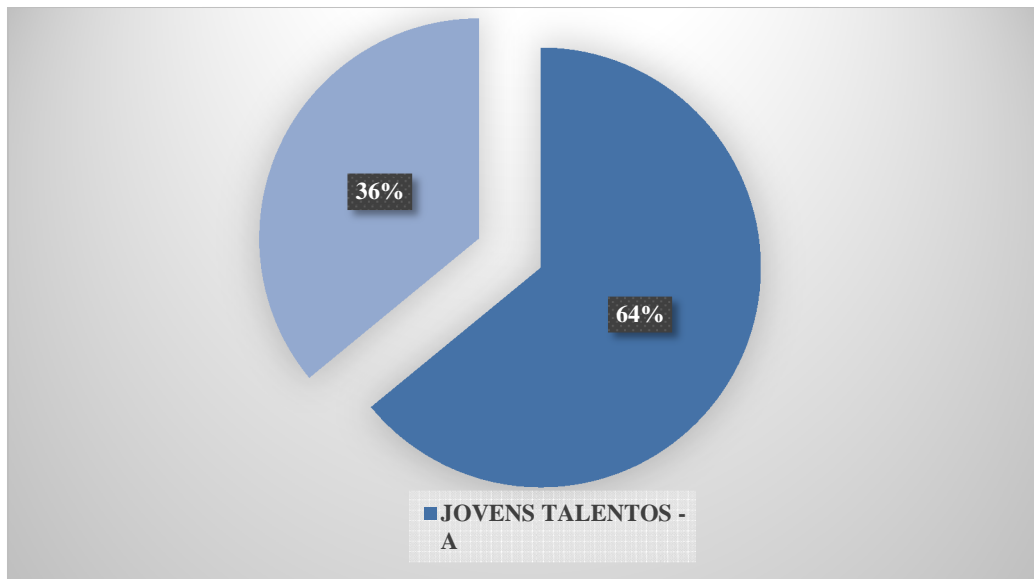
Fonte: Elaborado com as informações constantes nos documentos do Programa PAJT.

3.3 Apuração das Variáveis de Avaliação

3.3.1 Variável A

Para a apuração da **Variável A** foram levantados os dados quantitativos de concessão e implementação de bolsas BJT. De 556 bolsas concedidas, foram efetivamente implementadas 217 bolsas, sendo 139 bolsas BJT- nível A (64% das implementadas), e 78 bolsas BJT- nível B (36% das implementadas), conforme gráfico a seguir:

Figura 1 – Percentual de bolsas BJT implementadas.



Fonte: Elaborado com base nos dados constantes na Plataforma Lattes do CNPq.

Denota-se que, a meta da Variável A não foi alcançada, pois a proposta era conceder 1000 mil bolsas BJT, quando foram concedidas 556 bolsas, sendo efetivamente implementadas somente 217 bolsas. Assim, tendo como referência o conceito de concessão de bolsa, alcançou-se o percentual de 56 % da meta, por outro lado, adotando o conceito de implementação, foi atingido pouco mais de 21% da meta. É importante frisar que, para esta análise considerou-se o conceito de bolsa implementada.

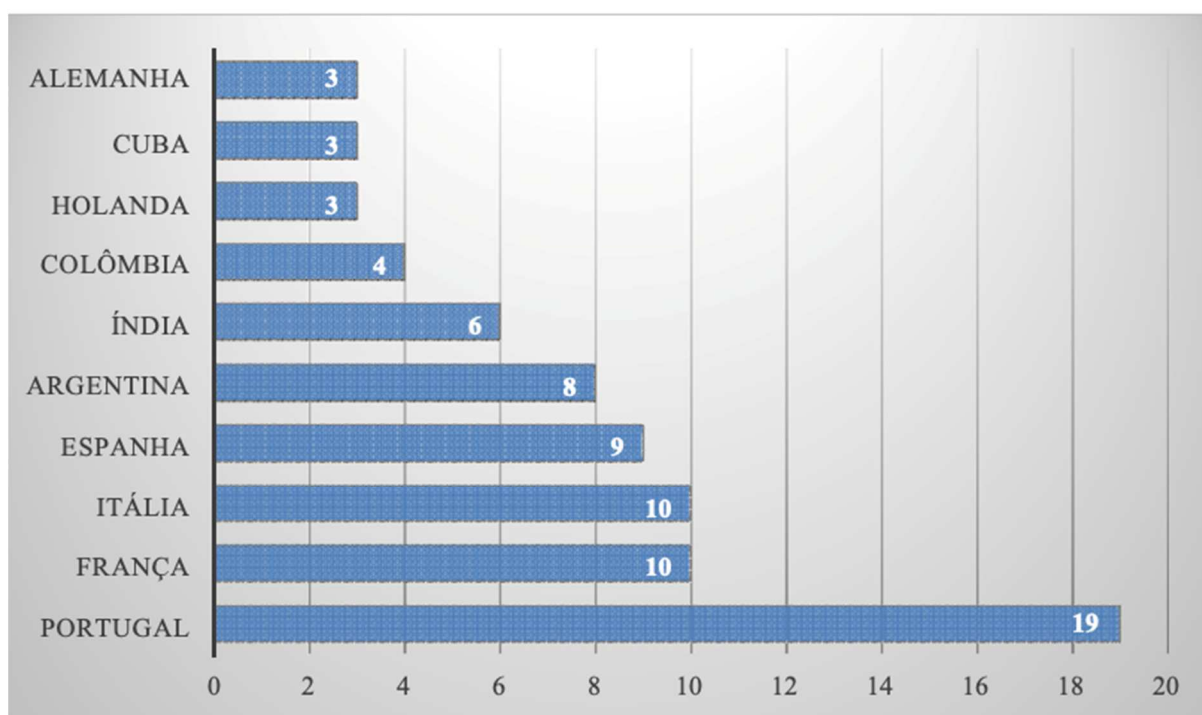
Atribuímos o não atingimento da meta a três possíveis causas: a) imprecisão no dimensionamento da mesma; b) falta de divulgação adequada do programa junto as instituições de ensino e ciência; e c) preferência erigida nos autos do CsF para as bolsas com destino ao exterior em detrimento das bolsas para vinda ao Brasil.

Granja e Carneiro (2018), que averiguaram os efeitos do Programa CsF na Universidade Estadual de Campinas, apontam que, embora o CsF tenha financiado projetos conjuntos de pesquisa e proporcionado a atração de cientistas para o Brasil, os recursos e mecanismos fornecidos não foram suficientes para fomentar cooperações científicas para além do tempo de vigência dos projetos, muito menos para fixar pesquisadores estrangeiros no país em caráter permanente.

Ainda em relação aos dados gerais da bolsa BJT, cumpre apresentar algumas informações do perfil dos beneficiários. De tal modo, em relação ao sexo, verificou-se que dos 217 contemplados, 64% eram do sexo masculino e 36% do sexo feminino. Já quanto a nacionalidade, 51% eram brasileiros e 49 % estrangeiros.

Quanto ao aspecto da nacionalidade, verificou-se que dos 107 pesquisadores estrangeiros atraídos para o Brasil, 75 deles formam um conjunto das 10 principais nacionalidades, sendo que estas refletem, de certo modo, os países com os quais a Capes mantém relações mais estreitas, no tocante a acordos de cooperação acadêmica e científica, assim como refletem as relações entre os pesquisadores de nacionalidades com idiomas de origem latina. A seguir temos a relação dessas 10 principais nacionalidades:

Figura 2 – Principais nacionalidades de pesquisadores atraídos para o Brasil.



Fonte: Elaborado com base nos dados constantes na Plataforma Lattes do CNPq.

3.3.2 Variável B

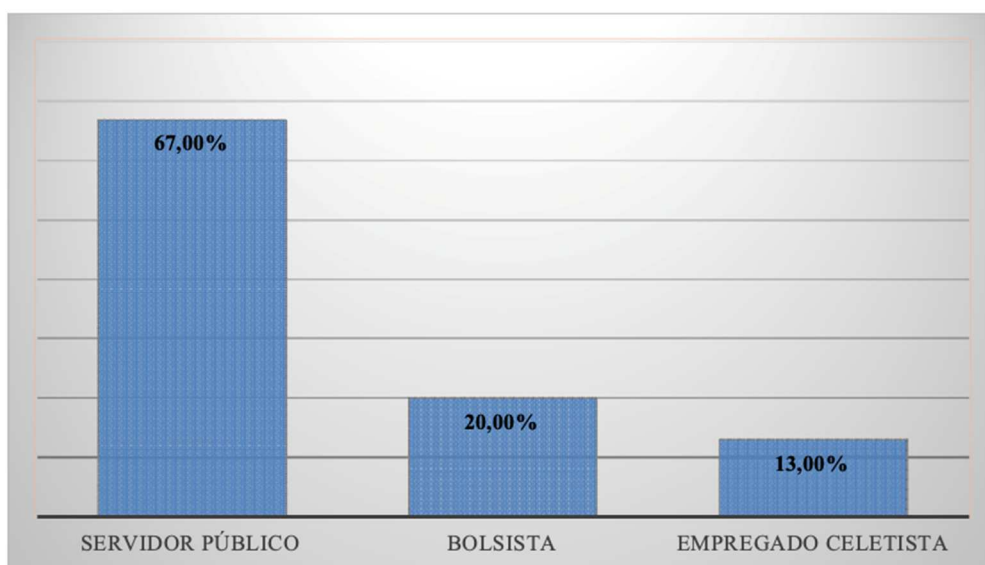
Para a análise da **Variável B** foi levantado o dado relativo ao principal vínculo laboral do pesquisador, registrado na seção Atuação Profissional do Currículo Lattes dos egressos BJT, com atualização até o mês maio de 2018.

Para tanto verificou-se que do conjunto de 217 pesquisadores contemplados com bolsas BJT, 209 possuíam currículos cadastrados na Plataforma Lattes, e destes, 104 declararam ter vínculo laboral com instituições de ensino e pesquisa no Brasil. Ressalta-se que a informação relativa ao vínculo laboral foi atestada por meio de consulta ao Portal da Transparência do Governo Federal; ao Sistema de Conciliação de Pagamentos da Bolsa da Capes, CNPq e FNDE; e a Plataforma Sucupira da Capes.

Do quantitativo de 104 pesquisadores, com vínculo a instituições de ensino e centros de pesquisa no Brasil, constatou-se que 70 foram aprovados em concurso público, sendo que 65 para o cargo de professor titular de instituições de ensino superior públicas, em sua grande maioria federais; 3 admitidos para o cargo de pesquisador de centros de pesquisa públicos federais, e 2 para cargos específicos de instituições diversas das consideradas como de interesse pelo Programa PAJT.

Ademais, se averiguou que 21 pesquisadores se mantiveram no Brasil por intermédio de bolsas de estudos de pós-doutorado no escopo de programas da Capes e do CNPq ou em programas da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), por exemplo. E outros 13 pesquisadores declararam ter vínculo laboral de natureza celetista como professores e/ou pesquisadores de instituições de ensino superior e centros de pesquisa privados.

Figura 3 – Tipo de vínculo laboral dos egressos fixados no Brasil.



Fonte: Elaborado com base nos dados constantes na Plataforma Lattes do CNPq.

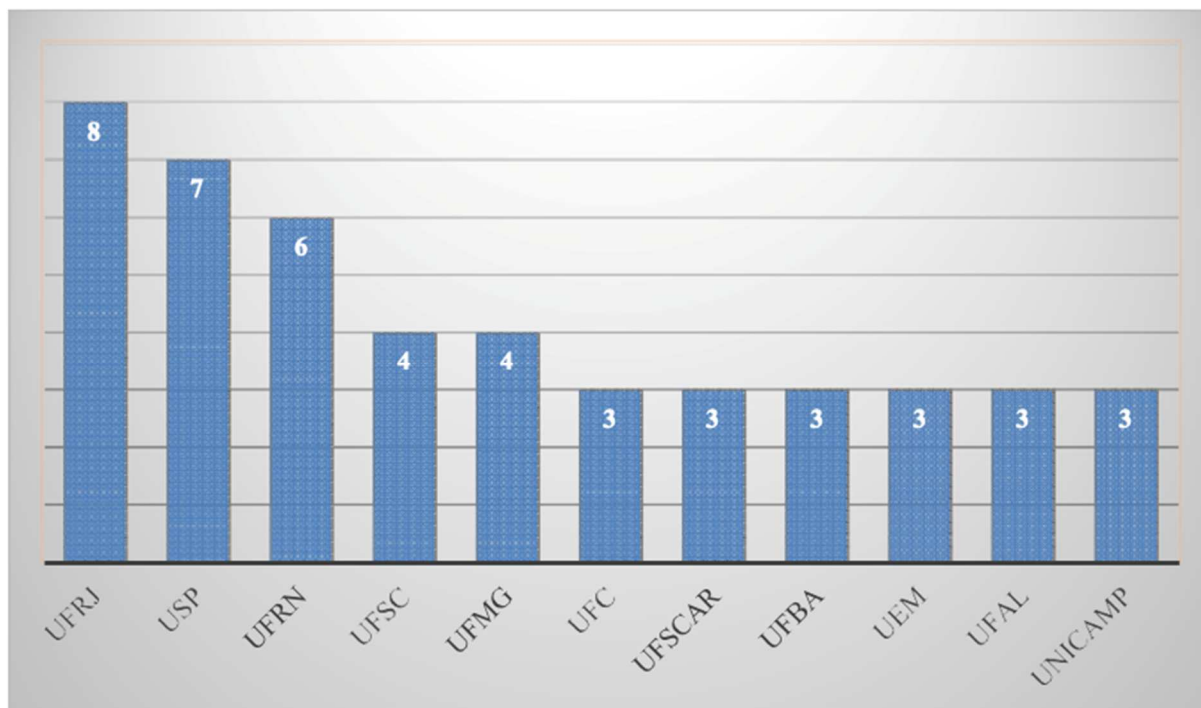
Retomando o quantitativo de 209 pesquisadores que tiveram seus currículos encontrados na Plataforma Lattes, e excluídos os 104 egressos fixados no Brasil, verificou-se que 9 pesquisadores declaram vínculo com instituições de ensino ou centros de pesquisas estrangeiros, indicando que retornaram para o exterior. O restante, mais de 96 egressos, estavam com essa informação desatualizada ou não informada em seus currículos Lattes em maio de 2018 – data de coleta.

Desta maneira a meta da Variável B também não foi atingida, pois a orientação era fixar mais de 50 % dos pesquisadores atraídos. Assim, como foram atraídos 217 pesquisadores, então deveriam ter sido fixados, no mínimo, 109 egressos às instituições de ensino superior e centros de pesquisa. Atribui-se essa baixa fixação há uma série de entraves na legislação brasileira, que impõe, por exemplo, a obrigação de prestação de concurso público com provas em português para a contratação de professores, constituindo como fator não apreciável para o atingimento desta variável.

Conforme preceitua Giannini et al. (2015), os egressos são os principais produtos dos programas de pós-graduação e dos projetos conjuntos de pesquisa, cuja qualidade se reflete no destino e atuação profissional dos egressos nos sistemas de ensino e pesquisa, no mercado de trabalho em geral, gerando, potencialmente impacto social. Esse preceito apenas reforça a necessidade de acompanhar os egressos e propiciar mecanismos capaz retê-los no país.

Uma análise complementar ao tipo de vínculo laboral dos pesquisadores que foram aprovados em concurso público para o cargo de professor de IES públicas - federais e estaduais, que foram 65 egressos, pode-se evidenciar um predomínio das IES das regiões Sudeste e Sul na fixação dos jovens talentos conforme gráfico a seguir:

Figura 4 – Principais IES de vínculo dos egressos aprovados em concurso público.



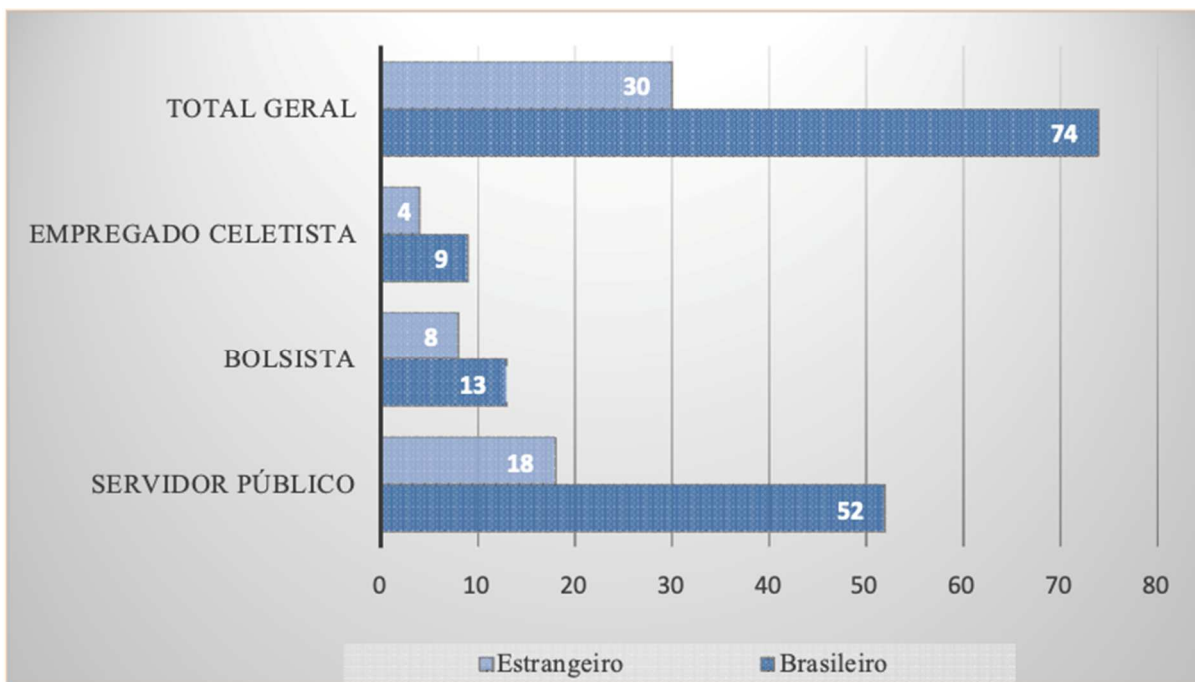
Fonte: Elaborado com base nos dados constantes na Plataforma Lattes do CNPq.

3.3.3 Variável C

Por fim, para a análise da **Variável C** foi verificada a nacionalidade dos 104 pesquisadores fixados no país, tendo como referência a nacionalidade principal declarada pelo bolsista, a qual foi atestada por meio de consulta ao Lattes e a Sucupira.

Deste conjunto, aferiu-se que 71% dos pesquisadores fixados são de nacionalidade brasileira, sendo o restante – 29%, de nacionalidade estrangeira, permitindo assim concluir que a meta prenunciada para a **Variável 3** foi alcançada, pois mais de 50% dos pesquisadores fixados aos quadros das instituições de interesse são de nacionalidade brasileira.

Gráfico 1 – Nacionalidade dos pesquisadores fixados de acordo com o tipo de vínculo.



Fonte: Elaborado com base nos dados constantes no Sistema ADD da Capes e na Plataforma Lattes do CNPq.

Vale pontuar que, conforme expresso nos editais de seleção, durante a execução do projeto, caso o bolsista BJT fosse aprovado em concurso público, de caráter efetivo, para cargos e carreiras pertencentes ao quadro permanente da IES Proponente, a bolsa BJT era mantida, reduzida em 50% seu valor, até o limite de 12 meses, desde que fosse dada continuidade à execução do projeto de pesquisa.

Assim, de acordo com os dados, pode-se dizer que o incentivo expresso em edital tenha sido efetivo no repatriamento de pesquisadores brasileiros, antes erradicados no exterior, e partir de então reinseridos aos sistemas nacionais de ensino, ciência e tecnologia.

Uma outra grandeza de relevância e característica para as variáveis B e C seria a área de conhecimento dos pesquisadores atraídos e fixados. Aqui, novamente verificou-se inconsistências na informação relativa à área de conhecimento informada pelo pesquisador quando da inscrição da proposta, ou mesmo da informação no currículo Lattes. Ou seja, verificou-se a inconsistência nominativa e conceitual dessa informação no Sistema ADD, Plataforma Lattes, Portal da Transparência e Plataforma Sucupira, não permitindo qualquer abordagem minimamente coerente para esta grandeza.

3.4 Efeitos Indiretos da Bolsa Jovem Talento

De acordo com Yang (2014), no que tange a etapa da avaliação, embora algumas políticas possam ser extintas por outras decisões, trocas de governos ou falta de recursos, os efeitos ou as influências das políticas finalizadas ou descontinuadas perduram por anos depois, sendo que certos efeitos, mesmo que não pretendidos, podem ser tornar irreversíveis. Efeitos esses que podem ser verificados na concessão da BJT não apenas sobre os beneficiários do programa PAJT, mas também sobre as ações institucionais da Capes como agência de fomento de tais políticas.

Sabe-se que a modalidade de bolsa BJT foi instituída por meio do Decreto nº 9.642, de dezembro de 2011. Após o fim dos editais de seleção conjuntos entre Capes e CNPq para seleção bolsas BJT por questões processuais, e diante da necessidade de regulamentar as modalidades de bolsa do CsF na Capes, foi então regulamentada a bolsa BJT no âmbito das ações da Diretoria de Relações Internacionais (DRI) por meio da Portaria Capes nº 60, de maio de 2015.

Com o fim do CsF e, por consequência, do PAJT, ao fim do ano de 2016, com uma nítida mudança política e institucional, a DRI/Capes, institucionalizou a modalidade de bolsa BJT no escopo de suas ações e programas ao publicar a Portaria nº 125, em maio de 2018. Contudo, sob nos novos moldes, deixou de diferenciar tal modalidade em níveis A e B, e uniformizou e elevou o valor da retribuição mensal para R\$ 8.000,00, tornando-a assim uma mais atrativa em termos salariais para os pesquisadores interessados.

Além da institucionalização da modalidade de bolsa de Jovem Talento, o Programa PAJT influenciou a criação de programas análogos na Capes. No que diz respeito a este influxo, a Capes, em janeiro de 2018, representada pela sua Diretoria de Bolsas no País (DPB), em parceria o CNPq, e com apoio da Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii) e do Instituto Euvaldo Lodi (IEL - NC), lançou o Programa Talentos para Inovação (BRASÍLIA, 2018).

Considerado como um programa estratégico da Capes, o Programa Talentos para Inovação tem por objetivo apoiar a capacitação e a inserção de profissionais especializados em projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação (P,D&I) executados nas Unidades e Polos

da Embrapii, com a meta de financiar até 90 Bolsas de Jovens Talentos (BJT), divididas nas categorias em nível A e nível B (BRASÍLIA, 2018).

Percebe-se aqui, uma clara reedição das modalidades de bolsas do PAJT, com a mesma nomenclatura, divisão em categorias e valores das mensalidades, contudo sem a oferta de AUXPE e bolsas adicionais IC e ITI, porém com a ampliação do seu público alvo, permitindo a pesquisadores brasileiros ou estrangeiros com visto permanente ter título de mestre ou de doutor.

De modo geral, destaca-se que a análise dos resultados e efeitos de curto prazo da concessão da bolsa BJT traz uma série de variáveis e indicadores quantitativos e qualitativos a serem explorados em estudos subsequentes com intuito de averiguar os impactos de médio e longo prazo.

4 Considerações Finais

Diante da análise, evidencia-se o descompasso entre os resultados esperados e aqueles efetivamente alcançados, pois, perpassando a análise das 3 variáveis de avaliação, verificou-se que as metas estabelecidas para as 2 primeiras variáveis não foram atingidas, a saber: a meta de concessão de 1000 mil bolsas BJT e a meta de fixação de mais de 50% dos pesquisadores atraídos.

Conclui-se que a meta de concessão de bolsas não fora atingida por erro no dimensionamento da mesma por parte do Comitê Gestor do CsF ou pela falta de divulgação da modalidade junto às instituições de ensino superior. Por sua vez, a meta de fixação de pesquisadores não foi alcançada devido à falta de instrumentos legais ou administrativos mais flexíveis para absorção de professores e pesquisadores aos quadros técnicos das instituições de ensino ou centros de pesquisa nacionais.

A 3ª variável foi a única que teve sua meta atingida, a qual preconizava que a maior parte dos pesquisadores fixados fossem de nacionalidade brasileira, denotando a efetividade do Programa PAJT quanto ao repatriamento dos pesquisadores nacionais erradicados no exterior. O atendimento desta variável deveu-se à concessão da bolsa de estudos BJT, e em certos casos, pela manutenção do benefício para aqueles bolsistas que fossem aprovados em concurso público para o cargo de professor ou pesquisador das instituições de interesse durante a vigência do projeto.

Apesar dos resultados inexpressivos em relação ao quantitativo de bolsas concedidas e de pesquisadores fixados, verificou-se efeitos indiretos do programa governamental em estudo sobre as ações da Capes evidenciados por meio da institucionalização da modalidade bolsa Jovem Talento no escopo dos seus mais variados programas, tais como o Programa Institucional de Internacionalização (Print), assim como a criação de um programa análogo ao PAJT voltado para a capacitação e a reinserção de jovens pesquisadores de talento aos projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação (P,D&I) intitulado Programa Talentos para Inovação.

Ademais, é necessário pontuar ter havido a falta de monitoramento durante à execução do PAJT e a inexistência de estudos incrementais posteriores à implementação, primeiramente devido à falta de documentos de constituição ou de relatórios técnicos do PAJT. Denota-se assim que não tem sido trabalho no seio das organizações de fomento à pesquisa, que a avaliação de programas como o CsF, deve ser entendida como um conjunto de atividades articuladas e orientadas tecnicamente desde o momento em que se formula um programa até após a conclusão do mesmo.

Por último, menciona-se que, até onde é do nosso conhecimento, que exista uma escassez de estudos ou análises acadêmicas abordando a temática da imigração qualificada e sua correlação com políticas de retenção, atração e fixação de cientistas. Neste sentido, considera-se ser a migração de quadros qualificados uma das formas mais evidentes do processo de globalização da economia, bem como, de internacionalização da ciência, existindo assim um amplo campo de estudo tanto para pesquisas acadêmicas quanto para formulação de políticas públicas.

5 Referências

ACKERS, H. L.; GILL, B. **Moving people and knowledge**: scientific mobility in an Enlarging European Union. Londres: Edward Elgar, 2008.

ALMEIDA, G. M. R. O fluxo migratório Brasil-França na era da mobilidade. **PerCursos**, Florianópolis, v. 15, n. 28, p. 62-64, jan./jun. 2014.

ANDRADE, L.; AMARAL, L. O repatriamento de pesquisadores nacionais erradicados no exterior por meio do Programa Brasileiro Ciência sem Fronteiras e da Política Estatal Argentina Raíces: um estudo comparado. *In*: JORNADA DE JOVENÉS INVESTIGADORES, 26., 2018, Mendonza, **Resumos** [...]. Uruguay: UDELAR, 2018.p. 44.

ARAÚJO, E. R.; MOREIRA, S. Elementos para uma reflexão sociológica sobre o fenômeno da mobilidade de investigadores e cientistas. **Política e Sociedade**, Florianópolis, v. 11, n. 20, p. 227-254, abr. 2012.

BRANDI, C. **The evolution in theories of the brain-drain and the migration of skilled personnel**. Working paper. Rome: Institute for Research on Population and Social Policies, 2006. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/84fe/b8dfd0b384d187ce033c3dd2494d5aab326e.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2019.

BRASL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Chamada de Projetos n. 60, dezembro de 2011**. Brasília: Capes, 2011. Disponível em: <http://resultado.cnpq.br/5273757099220398>. Acesso em: 15 abr. 2019.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Chamada Pública n. 1, de janeiro de 2018. Brasília: Capes, 2018. Disponível em: https://www.capes.gov.br/images/stories/download/editais/120318-Chamada_Pública_1_retificado.pdf. Acesso em: 15 abr. 2019.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Relatório de atividades do grupo de trabalho de avaliação de impactos de programas**. Brasília: Capes, 2015. Documento interno.

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. **Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação 2016-2022**. Brasília: MCTI, 2016. Disponível em: http://www.mctic.gov.br/mctic/export/sites/institucional/ciencia/SEPED/Arquivos/PlanosDeAcao/PACTI_Sumario_executivo_Web.pdf. Acesso em: 15 abr. 2019.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto n. 7.642, de 13 de dezembro de 2011**. Institui o Programa Ciência sem Fronteiras. 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7642.htm. Acesso em: 15 abr. 2019.

BRASIL. **Programa Ciência sem Fronteiras**. 2018. Disponível em: <http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/home>. Acesso em: 15 abr. 2019.

CHANG, H. **Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica**. São Paulo. Editora UNESP, 2004.

COGO, D.; BADET, M. De braços abertos. A construção midiática da imigração qualificada e do Brasil como país de imigração. *In*: ARAÚJO, E.; FONTES, M.; BENTO, S. (org.). **Para um debate sobre mobilidade e fuga de cérebros**. [S.l.]: CECS Publicações/eBooks, 2013. p. 32-57.

FARIA, B. M. **Migração internacional de trabalho qualificado e o fenômeno do brain drain no Brasil**. 2008. 130 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

FOADI, S. M. Key Issues and causes of the Italian brain drain. *Innovation: The European Journal of Social Science Research*, London, v. 19, issue. 2, p. 209-223, aug. 2006.

GRANJA, C.; CARNEIRO, A. M. Avaliação institucional do programa ciência sem fronteiras na universidade estadual de Campinas. *In*: SEMINÁRIO DE AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS DE CT&I, 1., 2018, Brasília. **Anais [...]**. Brasília: CNPq, 2018. p. 1- 15.

JANNUZZI, P. M. Avaliação de programas sociais no Brasil: repensando práticas e metodologias das pesquisas avaliativas. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, n. 36, p. 251-275, jan./jul. 2011.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

PEIXOTO, J. **A mobilidade internacional dos quadros**. Oeiras: Celta Editora, 1999.

ROSSI, P. H. et al. *Evaluation: a systematic approach*. Thousand Oaks, California: Sage Publications Inc., 2004.

SALT, J. **International movement of the highly skilled**. Working paper. Occasional paper, n. 3. Paris: OECD, 1997. Disponível em: <https://www.oecd-ilibrary.org/docserver/104411065061.pdf?expires=1557087592&id=id&accname=guest&checksum=06C3C4573A6DE5DEE9E5C439EB6FE885>. Acesso em: 15 abr. 2019.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, J. R. S.; ALMEIDA, C. D.; GUINDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História e Ciências Sociais**, Rio Grande do Sul, v. 1, n. 1, p. 1-15, jan./jun. 2009.

SOBRAL, F. A.; LACERDA, G. S. **Avaliação de políticas públicas de ciência, tecnologia e inovação: abordagens a partir de casos concretos**. Brasília: Viva, 2017.

SOBRAL, F. A.; LACERDA, G. S. Abordagens de avaliação de políticas de ciência, tecnologia, inovação e educação a partir de algumas experiências. *In: SEMINÁRIO DE AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS DE CT&I, 1., 2018, Brasília. Anais [...]*. Brasília: CNPq, 2018. p. 1-15.

SOLIMANO, A. **The international mobility of talent: types, causes, and development impact**. [S.l.]: Oxford University Press, 2008.

VIDEIRA, P. A mobilidade internacional dos cientistas: construções teóricas e respostas políticas. *In: ARAÚJO, E.; FONTES, M.; BENTO, S. (org.). Para um debate sobre mobilidade e fuga de cérebros*. [S.l.]: CECS Publicações/eBooks, 2013. p. 138- 162.

VITORIO, B. S. **Imigração brasileira em Portugal: identidade e perspectivas**. São Paulo: Editora Universitária Leopoldianum, 2007.

WALTENBURG, E.; WIEST, S.; MCLAUHLAN, W. **Exploratory data analysis: a primer for undergraduates**. Dubuque: Kendall Hunt, 2012.

YANG, R. Comparação entre políticas. *In: BRAY, M.; ADAMSON, B; MASON, M. (org.). Pesquisa em educação comparada: abordagens e métodos*. Brasília: Liber Livro, 2015. p. 319-344.

Leonardo Ângelo de Araújo Andrade

De: José Dias Sobrinho <noreply.ojs@scielo.org>
Enviado em: sexta-feira, 10 de maio de 2019 18:14
Para: Leonardo Ângelo de Araújo Andrade
Assunto: [AVAL] Agradecimento pela Submissão

Sinalizador de acompanhamento:

Acompanhar

Status do sinalizador:

Sinalizada

Sr. Leonardo Ângelo de Araújo Andrade,

Agradecemos a submissão do seu manuscrito "A POLÍTICA DE ATRAÇÃO E FIXAÇÃO DE PESQUISADORES NO BRASIL POR MEIO DA CONCESSÃO DA BOLSA DE ESTUDOS JOVEM TALENTO DA CAPES: SUBSÍDIOS ANALÍTICOS PARA UMA AVALIAÇÃO SOMATIVA." para Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior.

Através desse sistema utilizado para a submissão, será possível acompanhar todo processo editorial, bastando logar no link:

URL do Manuscrito:

<http://submission.scielo.br/index.php/aval/author/submission/223827>

Login: leonardoa

Em caso de dúvidas, envie suas questões para este email. Agradecemos mais uma vez considerar nossa revista como meio de transmitir ao público seu trabalho.

José Dias Sobrinho

Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior Agradecendo desde já sua atenção,

Milena Pavan Serafim
revistaavaliacao@gmail.com

Secretaria Avaliação

<http://submission.scielo.br/index.php/aval>

4.3 A CONVERGÊNCIA ENTRE AS DISCUSSÕES CONSTANTES NOS ARTIGOS COM AS RECENTES ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO MIGRATORIA BRASILEIRA

Este capítulo dispõe-se a convergir as avaliações e considerações constantes nos artigos produzidos com as recentes alterações na legislação migratória brasileira relacionadas a atração de cientistas estrangeiros para o Brasil e a permanência de pesquisadores brasileiros no exterior com vistas à promoção da economia do país e internacionalização da ciência brasileira.

A nova Lei de Migração - Lei nº 13.445/2017 (BRASIL, 2017), que entrou em vigor ao fim de novembro de 2017, revogou o antigo Estatuto do Estrangeiro - Lei nº 6.815/1980 (BRASIL, 1980), que foi promulgado em uma conjuntura na qual “os estrangeiros eram vistos como inimigos da soberania do Estado” (BRASIL, 1980, BRASIL, 2017; SPRANDEL, 2015).

O Estatuto do Estrangeiro não abordava a questão imigratória, preocupa-se apenas em regular a entrada de estrangeiros no país, com foco na garantia da segurança nacional e na proteção dos trabalhadores nacionais, ao estipular, por exemplo, uma burocracia complexa para a concessão de vistos aos trabalhadores estrangeiros qualificados (CULPI, 2017).

A normativa trouxe um caráter mais modernizante e humanitário para a política migratória brasileira por ampliar direitos e garantias fundamentais aos migrantes, facilitar a concessão de visto e autorização de residência para profissionais qualificados, e tratar o estrangeiro agora como migrante, deixando de valorá-lo como uma ameaça aos interesses nacionais (AVANZI; SIMON, 2017). Estes mesmos autores argumentam que:

Em um cenário de instabilidade política e adoção de medidas de supressão de direitos sociais, a análise da nova Lei de Migrações se faz necessária, tanto pela urgência que o tema exige no âmbito mundial, quanto pelas particularidades no Brasil neste momento de grandes mudanças, nem sempre favoráveis para a população brasileira. (AVANZI; SIMON, 2017, p. 5).

O artigo 1º da Nova Lei de Migração traz as categorias de migrantes, a saber: imigrante; emigrante; residente fronteiriço; visitante; e apátrida; sendo que em seu regulamento (Decreto nº 9.199/2017) foi adicionada a categoria: refugiado. Para fins de análise, serão abordados os aspectos formais e materiais pertinentes a categorias dos imigrantes, emigrantes e visitantes, justamente pela relação que possuem com a temática da migração de profissionais qualificados. Desta maneira, cumpre explicar o conceito legal de cada uma delas:

a) Imigrante: pessoa nacional de outro país ou apátrida que trabalha ou reside e se estabelece temporária ou definitivamente no Brasil;

b) Emigrante: brasileiro que se estabelece temporária ou definitivamente no exterior;

c) Visitante: pessoa nacional de outro país ou apátrida que vem ao Brasil para estadas de curta duração, sem pretensão de se estabelecer temporária ou definitivamente no território nacional.

Ressalta-se que, ainda no ano de 2012, o Governo Federal, representado por sua Secretaria de Assuntos Estratégicos, buscava alterar a lei de migrações com enfoque na atração de força de trabalho qualificada, preferencialmente, engenheiros, médicos e tecnólogos, com o propósito de que essa mão de obra ajudasse no crescimento e no desenvolvimento econômico do país (EL UNIVERSAL, 2014; BRASIL, 2012 *apud* OLIVEIRA, 2017).

No artigo 3º, tem-se os princípios e as diretrizes da política migratória brasileira, destacando-se, dentre outros, aqueles que se possuem consonância com as discussões acerca da mobilidade de profissionais qualificados: garantia do direito à reunião familiar; inclusão social, laboral e produtiva do migrante por meio de políticas públicas; proteção do brasileiro no exterior; e a promoção do reconhecimento acadêmico e do exercício profissional no Brasil.

Apesar de serem apenas fundamentos que deverão nortear as políticas migratórias, é notório o avanço da atual legislação em relação à anterior no que se refere a acolhida dos familiares no país, a inclusão laboral às instituições brasileiras e o reconhecimento da formação acadêmica obtida no exterior. De acordo como Oliveira (2017): “o país passa a ter uma das legislações mais modernas no trato das políticas migratórias”.

O artigo 12º da Lei de migração define os seguintes tipos de visto: de visita; temporário; diplomático; oficial; e de cortesia. Neste caso iremos nos ater nos incentivos legais relacionados a concessão dos vistos de visita e temporário, mais uma vez pela correlação com as políticas de atração e fixação de profissionais especializados.

Assim, no artigo 13º, tem-se que “o visto de visita poderá ser concedido ao visitante que venha ao Brasil para estada de curta duração, sem intenção de estabelecer residência”, sendo permitido ao visitante o recebimento de pagamento por parte do governo, de empregador brasileiro ou de entidade privada a título de diária, ajuda de custo, cachê, pró-labore ou outras despesas com a viagem, bem como a possibilidade de concorrer a prêmios.

No artigo 14º, tem-se que “o visto de temporário poderá ser concedido ao imigrante que venha ao Brasil com o intuito de estabelecer residência por tempo determinado”, para tanto o enquadramento no caso de profissionais especializados deverá se dar nos seguintes casos: pesquisa, ensino ou extensão acadêmica; estudo; trabalho; e realização de investimento ou de atividades com relevância econômica, social, científica, tecnológica ou cultural.

As situações citadas acima, são as mesmas para autorização de residência no país conforme consta no artigo 30º, sendo facilitada a autorização de residência, especificamente, para os casos de: pesquisa, ensino ou extensão acadêmica, bem como de trabalho. Fica evidente que a medida busca agilizar a autorização de residência para trabalhadores de modo geral, em especial aqueles ligados as atividades de ensino e pesquisa.

É curioso pontuar que, de acordo com os estudos de Culpi (2017), a nova lei de migrações brasileira teve inspiração no modelo da lei migratória argentina, verificando que vários elementos foram importados da experiência argentina para o anteprojeto de lei brasileiro. Esse aspecto evidencia, mais uma vez, a importância da realização de estudos comparados sobre políticas migratórias dos países da América Latina, especialmente as nações integrantes do Mercado Comum do Sul (Mercosul).

Ainda na esteira das inovações legais relacionadas a mobilidade de profissionais qualificados, cumpre analisar as alterações nas regras de concessão de bolsas de estudos no exterior, a Portaria de Novação (Portaria nº 291/2018) da Capes, publicada em 31/12/2018, que trata da possibilidade de repactuação da obrigação primária imposta aos/às bolsistas de retornar ao país após o fim dos estudos e por aqui permanecer, no mínimo, por período igual ao tempo que esteve em formação no exterior (CAPES, 2018).

A portaria institui a Novação, que é um negócio jurídico bilateral pelo qual constitui-se uma nova relação obrigacional em substituição a outra que lhe é anterior e originária, por meio do qual a Capes poderá conceder novação da obrigação de cumprimento do interstício por outras que representem uma contraprestação de ressarcimento do investimento feito pelo país na formação do pesquisador (CAPES, 2018).

Em síntese, conforme consta nos artigos de 2º a 4º, a Capes irá exigir que além da excepcionalidade da solicitação e comprovação do retorno do investimento, o bolsista ou ex-bolsista solicitante deverá demonstrar que sua permanência no exterior terá relevância

estratégica para o desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovação do Brasil e que promoverá o fortalecimento das relações entre instituições de ensino e pesquisa estrangeiras e brasileiras, podendo serem admitidas como novas obrigações a serem financiadas com recursos estrangeiros, as que se enquadrem dentro das seguintes searas:

a) ações destinadas a realização de cursos e estágios de pós-graduação no exterior e atividades de ensino e pesquisa no país;

b) financiamento de pesquisas científicas ou tecnológicas em conjunto com pesquisadores radicados no Brasil;

c) promoção de parcerias com o setor produtivo brasileiro na geração d envios produtos, serviços e tecnologias;

d) fortalecimento das capacidades nacionais de pesquisa, ciência, tecnologia e inovação no Brasil;

e) contribuição para geração de patentes brasileiras.

Ressalta-se que o beneficiário, após a celebração do Termo de Novação, deverá encaminhar relatório anual de execução das atividades e cumprimento das obrigações, que após verificado o alcance dos novos termos ficará extinta a obrigação de ressarcir o investimento realizado (CAPES, 2018).

A flexibilização de uma regra vigente por décadas nos processos de concessão de bolsas de estudos no exterior da Capes, representa um avanço nas discussões sobre a mobilidade de profissionais brasileiros altamente qualificados, e pode ter sido influenciada pelo abaixo-assinado lançado, em fevereiro de 2018, pelo grupo: Brasileiros pelo Avanço da Internacionalização do Conhecimento – BRAIN, composto por mais de 150 bolsistas ou ex-bolsistas das agências de fomento Capes e CNPq (BRAIN, 2019).

Conforme exposto, a discussão aqui apresentada não tem por intuito esgotar a análise sobre as legislações migratórias atuais, mas sobretudo correlacioná-las com os argumentos apresentados neste trabalho acerca da formulação de políticas de atração, fixação e repatriamento de profissionais brasileiros e estrangeiros das áreas de ciência, tecnologia e inovação erradicados no exterior.

CAPÍTULO 5 – CONCLUSÕES E PERSPECTIVAS

Esta secção se propõe a discorrer sobre as considerações finais constantes nos artigos produzidos, agregando conclusões e perspectivas quanto as análises e discussões acerca política de atração e fixação de cientistas no Brasil empreendida no escopo do Programa Brasileiro Ciência sem Fronteiras sob uma perspectiva comparada com a Política Estatal Argentina *Raices*.

Deste modo, no que tange ao estudo comparado entre os programas PAJT e *Raices*, que teve por intuito retratar as características e os objetivos das iniciativas governamentais, assim como cotejar as ações e as estratégias adotadas no escopo dos programas estatais para o repatriamento dos pesquisadores nacionais às instituições nacionais de ensino e pesquisa, verificou-se que esse repatriamento pode ocorrer tanto de maneira física por meio do retorno assistido do pesquisador, quanto à distância através da vinculação do expatriado a projetos conjuntos de pesquisa com a utilização de ferramentas de comunicação adequadas.

Tal entendimento nos permitiu concluir que dentre as abordagens teóricas relacionadas a migração de retorno, a perspectiva transnacional se coaduna com as iniciativas de repatriamento de pesquisadores nacionais e a atração de cientistas estrangeiros, pois restringe os efeitos negativos do fenômeno do *brain drain*, assim como se reforça dos efeitos positivos do *brain circulation*, na medida em que os pesquisadores repatriados possam contribuir com a globalização da economia e a internacionalização da ciência dos seus países de origem, no caso Brasil e Argentina.

Por esse motivo, tomando como exemplo a Política Argentina *Raices*, recomenda-se a discussão de um Política Brasileira de Imigração Qualificada, com objetivo de atrair profissionais altamente qualificados em determinadas áreas do conhecimento que possuam escassez de especialistas nativos, proporcionando o desenvolvimento de projetos e atividades com foco na inovação tecnológica que, inegavelmente, proporcionaria o aumento da competitividade das empresas nacionais e, por consequência, a retomada do desenvolvimento econômico do Brasil.

Acrescenta-se que, a discussão de uma política dessa alçada, se oportuniza, precipuamente, após a promulgação da Lei de Migração, de maio de 2017, passando a ter um caráter mais modernizante que o antigo Estatuto do Estrangeiro da década de 1980, ao ampliar os direitos e garantias dos imigrantes e promover políticas públicas para os emigrantes.

Como mostra a experiência de vários outros países, para superar um período de recessão econômica é necessário investir na agregação de valor à produção de bens e serviços, que perpassa pelo fortalecimento das capacidades de pesquisa e inovação do País, gerando riqueza, emprego, renda e oportunidades para a sociedade e o Estado. Contudo, tem ocorrido, nos últimos anos, uma redução de investimentos nos setores de ciência e tecnologia, representadas pelo MCTI e o MEC, mais especificamente pela Capes e o CNPq, o que tem impactado no lançamento de novos programas ou o comprometimento de políticas antigas, com sérios riscos de comprometimento do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação.

Cumprе salientar também, que a descontinuidade do Programa Ciência sem Fronteiras no ano de 2016 e, por consequência, do Programa de Atração de Jovens Talentos, se contrapõem a orientação estratégica de médio prazo para a implementação de políticas públicas erigida nos autos da Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação do período de 2016 a 2022, que dentre seus pilares fundamentais, elegeu a Formação, Atração e Fixação de Recursos Humanos, tendo em vista que:

[...] as fragilidades do SNCTI podem levar pesquisadores a desenvolver seus trabalhos fora do País dada a falta de oportunidade de se estabelecerem no Brasil e a oferta de condições mais atraentes no exterior (*brain drain*). A valorização das carreiras de CT&I é uma tendência internacional, sendo esta uma condição necessária para o avanço no setor. (ENCTI 2016-2022, 2016, p. 80).

O documento ainda destaca que “Um SNCTI robusto depende da formação, atração e fixação de recursos humanos qualificados e valorizados, inseridos em instituições permeáveis à cooperação nacional e internacional e que promovam a produção científica tecnológica de qualidade.” (ENCTI 2016-2022, 2016, p. 80).

Além disso, no que concerne a avaliação dos resultados e efeitos alcançados por meio da concessão da bolsa de estudos Jovem Talento da Capes sobre os seus beneficiários e as ações da agência, averiguou-se que os resultados alcançados foram inexpressivos, tendo em vista que diante das 3 variáveis de avaliação estabelecidas, 2 delas não tiveram suas metas atingidas, não sendo alcançada a meta de concessão de 1000 mil bolsas BJT e a meta de fixação

de mais 50 % dos pesquisadores atraídos, sobressaindo como apenas 1 meta alcançada aquela referente a fixação de mais de 50 % dos pesquisadores atraídos deveriam ser de nacionalidade brasileira, detonando um resultado expressivo no repatriamento de jovens cientistas brasileiros erradicados no exterior aos quadros instituição de ensino e pesquisa.

A par desses resultados, atestou-se que o Programa PAJT gerou efeitos indiretos sobre as ações estratégicas da Capes, aferidos por meio da institucionalização da modalidade de bolsa de Jovem Talento no escopo das ações da Diretoria de Relações Internacionais (DRI) da Capes, tal como o Programa Institucional de Internacionalização (Print), assim como a criação de programas análogos ao PAJT na Diretoria de Programas e Bolsas no País (DPB) da Capes, como o Programa Talentos para Inovação (PTI). Há que se pontuar, que de acordo com a nossa avaliação, restou ausente ou insuficiente documentos ou estudos de monitoramento e avaliação do CsF e, por consequência, do PAJT, o que gerou bastante dificuldade para coletar dados, realizar análises e avaliar de modo mais analítico a política de atração e fixação de cientistas empreendida no escopo do CsF.

Ressalta-se também, que este estudo realizou uma avaliação sob a ótica do Estado e da política, devendo estender essa pesquisa para realização de análise sob a ótica da Sociedade e do cidadão, de maneira a realizar uma avaliação sob a égide da Teoria Migratória dos Fatores de Atração e Repulsão, centrada nas condicionantes de atração e repulsão de profissionais altamente qualificados, especificamente de trabalhadores das áreas de ciência e tecnologia.

REFERÊNCIAS

ACCIOLY, T. A. Mobilidade da mão de obra qualificada no mundo atual: discutindo os conceitos de brain drain, brain gain, brain waste e skill exchange. *In: ENCONTRO ANUAL DE MIGRAÇÕES ABEP*, 6., 2009, Belo Horizonte, **Anais** [...]. Belo Horizonte, 2009.

ACKERS, H. L.; GILL, B. **Moving people and knowledge**: scientific mobility in an enlarging European Union. Londres: Edward Elgar, 2008.

ALBORNOZ, M.; POLCUCH, E.; ALFARAZ, C. Hacia una nueva estimación de la fuga de cerebros. **Redes**, Argentina, v. 9, n. 18, p. 63-84. jun. 2002. Disponível em: https://www.academia.edu/28412997/Hacia_una_nueva_estimaci%C3%B3n_de_la_fuga_de_cerebros. Acesso em: 31 jul. 2018.

ALMEIDA, G. M. R. O fluxo migratório Brasil-França na era da mobilidade. **PerCursos**, Florianópolis, v. 15, n. 28, p.62-64. jan./jun. 2014.

ANDRADE, L.; AMARAL, L. O repatriamento de pesquisadores nacionais erradicados no exterior por meio do Programa Brasileiro Ciência sem Fronteiras e da Política Estatal Argentina Raíces: um estudo comparado. *In: JORNADA DE JOVENÉS INVESTIGADORES*, 26., 2018, Mendonza, **Resumos** [...]. Uruguay: UDELAR, 2018. p. 44.

ANDRADE, R. O. Retorno compulsório: bolsistas reivindicam flexibilização do compromisso de voltar ao Brasil na conclusão do doutorado. **Pesquisa FAPESP**, São Paulo, ed. 267, maio, 2018. Disponível em: <http://revistapesquisa.fapesp.br/2018/05/23/retorno-compulsorio/>. Acesso em: 31 jul. 2018.

ARAÚJO, E. R.; MOREIRA, S. Elementos para uma reflexão sociológica sobre o fenômeno da mobilidade de investigadores e cientistas. **Política e Sociedade**, Florianópolis, v. 11, n. 20, p. 227-254, abr. 2012.

ARAÚJO, E.; FERREIRA, F. A Fuga de Cérebros: um discurso multidimensional. *In: ARAÚJO, E.; FONTES, M.; BENTO, S. (org.). Para um debate sobre mobilidade e fuga de cérebros*. CECS Publicações/eBooks, 2013. p. 58-82. Disponível em: http://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/cecs_ebooks/issue/view/120/showToc. Acesso em: 31 jul. 2018.

ARGENTINA. **Lei n. 26.421/2008**. Establécese que el Programa Red de Argentinos Investigadores y Científicos en el Exterior (RAICES), creado en el ámbito del Ministerio de Ciencia, Tecnología e Innovación Productiva, será asumido como política de Estado. Argentina. 2008. Disponível em: http://www.raices.mincyt.gov.ar/documentos/Ley_26_421_Raices.pdf. Acesso em: 31 jul. 2018.

ARGENTINA. **Programa RAICES: Una Política de Estado. Relatório.** Argentina. 2015. Disponível em: http://www.raices.mincyt.gov.ar/documentos/Programa_Raices_2015.pdf. Acesso em: 31 jul. 2018.

ARGENTINA. **Programa RAICES: Una Política de Estado. Relatório.** Argentina. 2011. Disponível em: <http://www.raices.mincyt.gov.ar/documentos/Programa%20Raices%202011.pdf>. Acesso em: 31 jul. 2018.

ARGENTINA. **Programa Red de Argentinos Investigadores y Científicos em el Exterior - RAICES.** Argentina. 2018. Disponível em: <http://www.raices.mincyt.gov.ar/institucional-presentacion.php>. Acesso em: 03 ago. 2018.

AVANZI, C. C.; SIMON, A. M. Principais inovações e perspectivas da nova Lei de Migrações. **Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade**, Rio Grande do Sul, v. 03, n. esp., p. 1-9, dez. 2017.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BLION, R.; BLION, I. **D'un voyage à l'autre: des voix de l'immigration pour un développement pluriel.** Institut Panos Paris: Edition Karthala, Paris, 2001.

BOTEGA, T.; CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, A. **Migrações internacionais de retorno no Brasil: relatório.** Brasília: [s.n.], 2015.

BRAIN. 2019. Disponível em: <http://www.brain-br.org/>. Acesso em: 15 abr. 2019.

BRANDI, C. **A comparative analysis of skilled migration models and immigration policy.** 2010. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/287075443_A_comparative_analysis_of_skilled_migration_models_and_immigration_policy. Acesso em: 15 abr. 2019.

BRANDI, C. **The evolution in theories of the brain-drain and the migration of skilled personnel.** Working paper. Rome: Institute for Research on Population and Social Policies, 2006. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/84fe/b8dfd0b384d187ce033c3dd2494d5aab326e.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2019.

BRASIL. **Ciência sem Fronteiras.** Brasil. 2019. Disponível em: <http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/bolsa-jovens-talentos>. Acesso em: 03 ago. 2018.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Chamada Pública n. 1, de janeiro de 2018**. Brasília: Capes, 2018.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Chamada de Projetos n. 60, dezembro de 2011**. Brasília: Capes, 2011.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Portaria GAB n. 291/2018**. Dispõe sobre o instituto da Novação no âmbito dos programas geridos pela Diretoria de Relações Internacionais da Capes. Brasília: Capes, 2018. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/legislacao/02012018-Portaria-291-de-28-12-2018.pdf>. Acesso em: 27 mar. 2019.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Relatório de atividades do grupo de trabalho de avaliação de impactos de programas**. Brasília: Capes, 2015. Documento interno.

BRASIL. **Decreto n. 9.199/2017**. Regulamenta a Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, que institui a Lei de Migração. 2017. Brasília. 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9199.htm. Acesso em: 27 mar. 2019.

BRASIL. **Decreto Presidencial n. 7.642/2011**. Institui o Programa Ciência sem Fronteiras - CsF. Brasília. 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7642.htm. Acesso em: 31 jul. 2018.

BRASIL. **Lei n. 13.445/2017**. Institui a Lei de migração. 2017. Brasília. 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113445.htm. Acesso em: 27 mar. 2019.

BRASIL. **Lei n. 6.815/1980**. Define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6815impresao.htm. Acesso em: 27 mar. 2019.

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. **Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação 2016-2022**. Brasília: MCTI, 2016.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto n. 7.642, de 13 de dezembro de 2011**. Institui o Programa Ciência sem Fronteiras. Brasília. 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7642.htm. Acesso em: 31 jul. 2018.

BRASLAVSKY, C. Problemas de la educación y necesidad de la comparación en América Latina hoy. **Cadernos CEDES**, Campinas, n. 31, p. 9-16, 1993.

BREINBAUER, A. **Brain Drain**: Brain circulation or what else happens or should happen to the brains some aspects of qualified person mobility/migration. Working paper. 2007. Disponível em: <https://ideas.repec.org/p/wsr/wpaper/y2007i004.html>. Acesso em: 27 mar. 2019.

BUIRA, R. Políticas de Estado-diáspora em Argentina. *In*: GONZÁLEZ, C. (ed.). **Relaciones Estado-diáspora**: la perspectiva de América Latina y el Caribe. México: Instituto de los Mexicanos en el exterior. Secretaría de Relaciones Exteriores, 2006.

CANIBAÑO, C.; OTAMENDI, J.; ANDUJAR, I. **The reasons of scientists mobility**: results from the comparison of outgoing and ingoing fluxes of researches in Italy. Working paper. 2008.

CHANG, H. **Chutando a escada**: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica. São Paulo: UNESP, 2004.

CÓ BUTIAM, J. R. **Teorias e dinâmicas migratórias internacionais**: algumas experiências africanas de brain drain, brain circulation e brain gain. Working papers. 2009.

COGO, D.; BADET, M. De braços abertos. A construção midiática da imigração qualificada e do Brasil como país de imigração. *In*: ARAÚJO, E.; FONTES, M.; BENTO, S. (org.). **Para um debate sobre mobilidade e fuga de cérebros**. [S.l.]: CECS Publicações/eBooks, 2013. p. 32-57.

CONTANDRIOPOULOS, A. P. et al. Avaliação na área da saúde: Conceitos e métodos. *In*: HARTZ, Z. M. A. (org.). **Avaliação em Saúde**: dos modelos conceituais à prática na análise da implantação de programas. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1997.

CULPI, L. A. **Nova lei de migrações brasileira**: inspiração no modelo da lei migratória argentina. 2019. Disponível em: http://www.humanas.ufpr.br/portal/nepri/files/2012/04/Nova-lei-de-migrações-brasileira_Inspiração-no-modelo-da-lei-argentina.pdf. Acesso em: 27 mar. 2019.

ELHAJI, M. Migrações internacionais, fuga das mentes e corrida dos cérebros: custos materiais, benefícios simbólicos e dúvidas existenciais. *In*: ARAÚJO, E.; FONTES, M.; BENTO, S. (org.). **Para um debate sobre mobilidade e fuga de cérebros**. [S.l.]: CECS Publicações/eBooks, 2013. p. 125-137. Disponível em: http://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/cecs_ebooks/issue/view/120/showToc. Acesso em: 27 mar. 2019.

EMILIOZZI, S. Políticas em Ciencia y Tecnología y universidad em Argentina: Análisis sobre la formación e inserción de los recursos humanos calificados. *In: JORNADAS DE SOCIOLOGÍA DE LA UNLP*, 7., 2012, Argentina, **Anais [...]**. Argentina: UNLP, 2012.

FARIA, B. M. **Migração internacional de trabalho qualificado e o fenômeno do brain drain no Brasil**. 2008. 130 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

FILHO MONTSERRAT, J. La cuestión del brain drain en Brasil. In: ARGENTINA. Ministerio de Ciencia, Tecnologia e Innovacion Productiva. **Experiencias y políticas relacionadas con la migración de científicos y tecnólogos em el Mercosur**. 2008.

FOADI, S. M. Key Issues and causes of the Italian brain drain. **Innovation: The European Journal of Social Science Research**, London, v. 19, issue. 2, p. 209-223, aug. 2006.
Disponível em:
<https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/13511610600804315?scroll=top&needAccess=true>. Acesso em: 27 mar. 2019.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

GONZÁLEZ, R. S.; BAQUERO, M. A política comparada na América Latina: dilemas e desafios no Brasil. **Revista Debates**, Rio Grande do Sul, v. 7, n. 3, p.111-126, set./dez. 2013.

GRUPO de doutores quer mudar regra que obriga bolsista do governo a voltar ao Brasil: 'Não é fuga de cérebros'. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/grupo-de-doutores-quer-mudar-regra-que-obriga-bolsista-do-governo-a-voltar-ao-brasil-nao-e-fuga-de-cerebros.ghtml>. Acesso em: 27 mar. 2019.

JANNUZZI, P. M. Avaliação de programas sociais no Brasil: repensando práticas e metodologias das pesquisas avaliativas. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, n. 36, p. 251-275, jan./jul. 2011.

JOHNSON, J. M.; REGETS, M. **International mobility of scientists and engineers to the US: brain drain or brain circulation?** 1998.

KURKA, B. **International mobility of highly qualified Austrian professionals in CEE: a literature review on decision making factors**. Eslováquia, 2007.

LOWELL, B. **Policy responses to the international mobility of skilled labour**. International Migration Papers, Genova, 2002.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo, EPU, 1986.

MARTINE, G. A Globalização inacabada, as migrações internacionais e pobreza no século 21. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 19, n. 3, p. 3-22, 2005.

MEYER, J. B; CHARUM, J. La fuite des cerveaux est-elle épuisée? Paradigme perdu et nouvelles perspectives. **Cahiers des sciences humaines**, França, v. 31, n. 4, 1995.

MORLINO, L.; SARTORI, G. **La comparación en las ciencias sociales**. Madrid: Alianza Editorial. 1999.

NAYYAR, D. **A corrida pelo crescimento: países em desenvolvimento na economia mundial**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.

NEGRINE, A. Instrumentos de coleta de informação na pesquisa qualitativa. *In*: MOLINA, V. N.; TRIVIÑOS, A. N. S. **A pesquisa qualitativa na Educação Física: alternativas metodológicas**. Porto Alegre: Editora da UFRGS/Sulina, 2004. p.61-94.

OLIVEIRA, A.T.R. Nova lei de migração: avanços, desafios e ameaças. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, Belo Horizonte, v. 34, n.1, p.171-179, jan./abr. 2017.

ÖZDEN, Ç. Educated migrants: is there brain waste? *In*: SCHIFF, M.; ÖZDEN, Ç. **International migration, remittances, and the brain drain**. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2006.

PADILLA, B. **Algunas reflexiones sobre las migraciones altamente cualificadas: Políticas, Mercados Laborales e Restricciones**. Portugal. 2010. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/49611430_Algunas_reflexiones_sobre_la_migracion_altamente_cualificada_politicas_mercados_laborales_y_restricciones_Some_reflections_on_highly_skilled_migration_policies_labour_markets_and_constraints. Acesso em: 25 mar. 2019.

PADILLA, B.; FRANÇA, T. Mobilidade científica e imigração qualificada: situando o debate. **Fórum Sociológico**, Lisboa, série II, p. 7-10, 2015. Disponível em: <https://ciencia.iscte-iul.pt/publications/mobilidade-cientifica-e-imigracao-qualificada-situando-o-debate/29469>. Acesso em: 25 mar. 2019.

PAIVA, A.; LEITE, A. Da emigração à imigração? por uma análise do perfil migratório brasileiro nos últimos anos. **Revista Ars histórica**, Rio de Janeiro, n. 7, p. 1-20, jan./jun., 2014. Disponível em: <http://www.ars.historia.ufrj.br/index.php/anteriores/2-uncategorised/40-7-edicao>. Acesso em: 25 mar. 2019.

PEIXOTO, J. **A mobilidade internacional dos quadros**. Oeiras: Celta Editora, 1999.

PEIXOTO, J. **As teorias explicativas das migrações: teorias micro e macro sociológicas**. Socius Working Papers. Lisboa, 2004.

PELTO, P.; PELTO, G. **Antropological Research: She Structure of Inquiry**. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

RAGIN, C.; AMOROSO, L. **Constructing Social Research: the unity and diversity of method**. 2. ed. Londres: Sage, 2011.

ROSSI, P. H. et al. **Evaluation: a systematic approach**. Thousand Oaks, California: Sage Publications Inc., 2004.

SALT, J. **International movement of the highly skilled**. Occasional paper. OECD, International Migration: OECD, 1997.

SCHNEIDER, S.; SCHIMITT, C. O uso do método comparativo nas Ciências Sociais. **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre, v. 9, p. 49-87, 1998. Disponível em: http://nc-moodle.fgv.br/cursos/centro_rec/docs/o_uso_metodo_comparativo.pdf. Acesso em: 27 mar. 2019.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, J. R. S.; ALMEIDA, C. D.; GUINDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História e Ciências Sociais**, Rio Grande do Sul, v. 1, n. 1, p.1-15, jan./jun. 2009.

SILVERIA, D. T.; CÓRDOVA, F. P.; BUENO, A. L. M. Tecnologias da informação e comunicação. In: GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (org.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. p. 89-93. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>. Acesso em: 27 mar. 2019.

SOBRAL, F. A.; LACERDA, G. S. Abordagens de avaliação de políticas de ciência, tecnologia, inovação e educação a partir de algumas experiências. In: SEMINÁRIO DE AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS DE CT&I, 1., 2018, Brasília. **Anais [...]**. Brasília: CNPq, 2018. p. 1-15.

SOBRAL, F. A.; LACERDA, G. S. **Avaliação de políticas públicas de ciência, tecnologia e inovação: abordagens a partir de casos concretos**. Brasília: Viva, 2017.

SOLIMANO, A. **The international mobility of talent**: types, causes, and development impact. [S.l.]: Oxford University Press, 2008.

SPRANDEL, M. A. Políticas migratórias no Brasil do século XXI. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DESLOCAMENTOS, DESIGUALDADES E DIREITOS HUMANOS, 1., 2012, São Paulo. **Anais** [...]. São Paulo, 2012.

VIDEIRA, P. A mobilidade internacional dos cientistas: construções teóricas e respostas políticas. *In*: ARAÚJO, E.; FONTES, M.; BENTO, S. (org.). **Para um debate sobre mobilidade e fuga de cérebros**. [S.l.]: CECS Publicações/eBooks, 2013. p. 138- 162.

WALTENBURG, E.; WIEST, S.; MCLAUCHLAN, W. **Exploratory data analysis**: a primer for undergraduates. Dubuque: Kendall Hunt, 2012.

WILLIAMS, A. M.; BALÁZ, V.; WALLACE, C. International labour mobility and uneven regional development human capital, knowledge and entrepreneurship. **European Urban and Regional Studies**, Inglaterra, v. 11, issue 1, p. 22-46, jan. 2004.

YANG, R. Comparação entre políticas. *In*: BRAY, M.; ADAMSON, B; MASON, M. (org.). **Pesquisa em educação comparada**: abordagens e métodos. Brasília: Liber Livro, 2015. p. 319-344.